

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 24ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur –, pelos 30 anos de sua criação

1.2 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/8/2017

Presidência do Deputado Fred Costa

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. José Eugênio Aguiar – Palavras do Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes – Palavras do Sr. Ricardo Rocha de Faria – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Fred Costa.

Abertura

O presidente (deputado Fred Costa) – Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur –, pelos 30 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. José Eugênio Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur; Ricardo Rocha de Faria, secretário de Estado de Turismo, representando o governador do Estado, Fernando Pimentel; Roberto Luciano Fortes Fagundes, presidente da Federação Convention & Visitors Bureau de Minas Gerais e vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas; Paulo César Marcondes Pedrosa, presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Minas Gerais – Fhoremg; e Hernani de Castro, secretário adjunto do BH Convention & Bureau, representando seu presidente, Carlos Coelho; e a Exma. Sra. Shirley Novaes, presidente do Sindicato dos Guias de Turismo de Minas Gerais – Singtur.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença do Exmo. Sr. Leonardo Soares Nogueira da Silva, diretor de relações institucionais do Sindicato das Empresas Locadoras de Automóveis do Estado de Minas Gerais – Sindloc – e diretor regional da Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis – Abla.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre o Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Deputado Ricardo Faria, meu dileto amigo de vários anos, hoje secretário de Estado de Turismo, representando neste ato o Sr. Fernando Pimentel, governador do Estado de Minas Gerais; Sr. Roberto Fagundes, presidente da Federação Convention & Visitors Bureau de Minas Gerais e vice-presidente da Federaminas, estimado amigo; Sr. Paulo César Marcondes Pedrosa, presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Minas Gerais e vice-presidente da CNTur; Sra. Shirley Novaes, presidente do Singtur; Sr. Hernani de Castro, secretário-executivo do BH Convention & Visitors Bureau, representando o presidente Carlos Coelho; senhores e senhoras, boa noite. Não por acaso deixei para cumprimentar por último o querido amigo José Eugênio de Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo de Minas Gerais, cuja família mais uma vez se faz presente.

Desde já quero destacar que a representação importante daqueles que são protagonistas do turismo no Estado de Minas Gerais completa três décadas, muito pelo entusiasmo, pela entrega do Eugênio e pelo companheirismo de sua família. Ele, uma pessoa religiosa, faz valorizar o instituto que lamentavelmente está depreciado, que é o da família. Mais uma vez vejo aqui a sua família participando desta homenagem a uma instituição, mas também à pessoa física dele, o que para nós é motivo de alegria.

Quando nos atemos à história da representação que originou o sindicato, lembramo-nos de que, por sucessivos anos, foi um exercício nas tentativas de organização e da efetivação desse sindicato. Um grupo de empresários do ramo de turismo, visionários, porque já tinham nessa atividade uma importante alternativa para a geração de emprego e renda e queriam uma maior organização e interface com o poder público, esmeraram-se e finalmente conseguiram a sua efetivação em 1987.

A magnitude e a importância destes 30 anos podem ser mensuradas a partir de uma viagem no tempo. Os que vivenciaram aquele período vão se lembrar de que, em 1986, foi lançado o Plano Cruzado. O brasileiro, em sua grande maioria, é amante do futebol. Naquele mesmo ano, a Copa do Mundo era vencida por um país vizinho, da América do Sul, a Argentina, que brilhava com o Maradona, que fez um gol mundialmente conhecido e contestado contra a Inglaterra, intitulado por ele como Mão de Deus. Em 1987, ano então da fundação, houve o acidente radioativo de repercussão mundial com o césio-137. E, já que estamos em uma Casa Legislativa, não poderíamos deixar de nos lembrar de que, em 1988, foi promulgada a nossa Constituição Federal.

Às vezes nos passa despercebido, mas, naquele período, ainda era utilizado, e com um custo muito caro, o telegrama. O fax era objeto de luxo. Máquina de datilografar passava por uma transição, pois finalmente chegava a eletrônica. Com a fita-cassete, nós apreciávamos as músicas. E hoje os jovens se deparam com esses videogames ou jogos extremamente modernos. E também era objeto para poucos o Atari. Finalmente, o telefone que tínhamos em casa valia tanto que era peça fundamental na declaração do Imposto de Renda.

Trinta anos se passaram. Hoje, com o advento da internet, tudo ficou mais fácil. Provoco todos os presentes. Eu tenho a certeza de que cada um possui um aparelho de telefonia móvel, um celular.

Remetendo-nos a essa realidade e a quanto passamos por transformações ao longo destes anos, lembro-me de que a viagem de avião dependia da emissão de passagens de forma manual. Emitir bilhetes era algo extremamente moroso. Fumar ainda era permitido, e, naquele momento, nós entendíamos ser absolutamente natural e não nocivo à saúde; porém tudo isso era privilégio de poucos, prodigiosos financeiramente, que tinham a possibilidade de utilizar esse transporte. Remetendo-nos aos dias atuais, na Grã-Bretanha, no País de Gales, cuja capital, Cardiff, possui aproximadamente 340 mil habitantes, hoje não se utilizam pessoas. Faz-se o *check-in* em uma máquina, deposita-se a bagagem na esteira, e a máquina dirá se você precisa pagar ou não o excedente pela bagagem. Se tiver de pagar, apresenta-se o cartão de crédito com que se adquiriu a passagem. Para entrar na sala de embarque, máquinas controlam o bilhete, a carteira de identidade ou o passaporte.

Fazemos aqui essa provocação, reportando-nos há 30 anos. Nos dias atuais, percebemos quanto foi desafiador para vocês, que representam toda uma cadeia, estabelecerem-se, ainda mais em um país cuja economia e o momento atual testam, a todo o momento, a capacidade daqueles que geram emprego e renda e dos próprios trabalhadores. Mais do que isso, em que pese aos esforços de toda a cadeia do *trade* do turismo e de alguns que exercem papel de destaque em governos, como dois que aqui dividem a Mesa condutora dos trabalhos comigo, os governos, em todos os seus níveis, não conseguem entender que o turismo é fundamental para a geração de emprego e renda. Quando lembramos aqui a crise que se iniciou nos Estados Unidos e se disseminou por todo o mundo a partir de 2004, ressaltamos que os países europeus se mantiveram, sobretudo, por meio do turismo, e aqueles que mais rápido voltaram a trilhar o caminho do desenvolvimento são os que têm um destaque no fomento desse setor.

A realidade nacional é absolutamente vergonhosa, sobretudo no que tange à exploração do mercado interno. Um país de dimensão continental, com capacidade de proporção infinita, patinha no desenvolvimento do turismo. A Ucrânia e a Hungria são dois países pequenos em dimensão territorial e recebem, por ano, aproximadamente 12 milhões de turistas; a Espanha, 74 milhões; a França, talvez o maior exemplo, 84 milhões. Já no Brasil, mais uma vez, apesar das nossas esperanças com o advento de dois grandes eventos esportivos de enorme capilaridade mundial, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, recebemos, infelizmente, apenas 5 milhões e meio de turistas egressos de outros países.

Em Minas Gerais, com seus 853 municípios, fazendo aqui um exercício para lembrar alguns, podemos citar Tiradentes, que vive essencialmente da cadeia do turismo, e Ouro Preto; contudo, apesar de toda a sua história, no passado, chefes do Executivo, infelizmente, tentaram apagá-la com a afirmação de um falacioso desenvolvimento. Ainda bem que o atual secretário de Cultura, Ângelo Oswaldo, quando prefeito, entendeu que a valorização da história e do turismo significariam, ontem, hoje e amanhã, é uma importante ferramenta. Lembro ainda Capitólio e seu entorno, com Furnas; e a pequena, mas bucólica, Catas Altas, próxima a Belo

Horizonte, cujo prefeito, de forma extremamente competente, mesmo havendo no município uma grande renda proveniente da atividade minerária, percebeu no turismo uma importante fonte de geração de emprego e renda.

Ressalto ainda que, na contramão da história – e fui vereador por dois mandatos em Belo Horizonte –, quando vivenciávamos o melhor momento da cidade, que se estabelecia no turismo de negócios, o ex-prefeito Marcio Lacerda deu um tiro no coração dessa cadeia, ao remeter à câmara municipal um projeto de lei aumentando o tributo para o setor. Fui radicalmente contra, mas nada adiantou, e mais recentemente percebemos atitude semelhante por parte do governador do Estado.

Ora, é impossível acreditar em uma instituição política ou religiosa sem que as pessoas à frente delas demonstrem coerência de vida, ao praticarem o que defendem; não adianta falarmos que somos a favor do turismo e agirmos, na sua gênese, contrariamente a ele. Se quisermos efetivamente competir com os outros estados da Federação – aí incluindo-se o Distrito Federal, portanto são 26 unidades, e a competição não é fácil –, para atrair eventos, no mínimo, deveremos ter racionalidade na tributação, além de promover outras formas de fomento.

Nesse sentido, quero aqui fazer um desabafo. Todos estamos nos deparando com a discussão da reforma política. Não queremos entrar nesse tema, mas, mais uma vez, queremos demonstrar quanto a concepção de política pública para o turismo tem de mudar em nosso país. A proposição para o fundo eleitoral, pasmem vocês!, é de R\$5.000.000.000,00; já o orçamento do Ministério do Turismo em nosso país, para o ano corrente, sem contar o contingenciamento, é de R\$3.500.000.000,00. Ora, o que será mais importante para a sociedade: toda a cadeia do turismo ou as próximas eleições?

Logo, concludo, Eugênio – e na sua pessoa refiro-me ao sindicato e a todos os presentes: vocês aqui são verdadeiros heróis.

Vocês, que apareceram na fotografia e já estão nessa caminhada há muito tempo, assim como outros, que já partiram e deixaram aqui seu legado. Muitos foram frustrados parcialmente. Vocês, mais jovens, presentes à Mesa, que, com sua competência e com o pouco que têm, estão procurando fazer muito.

Secretário Ricardo Faria, é importante que possamos aqui não só celebrar os 30 anos, mas deixar aquilo que é fundamental à vida: foco, objetivo e esperança, que não pode ser perdida. No transcurso das imagens, o Eugênio, no auge de sua modéstia, ainda dizia: “Época boa, tínhamos festa com champanhe. Agora não temos”. Essa é uma ilustração que mostra que antes havia mais fartura. Hoje há menos. Isso não significa que amanhã não voltará o champanhe e muito mais que ele. Napoleão Bonaparte, referindo-se ao vinho e ao champanhe, disse que se utilizava deles no momento de tristeza para fazer levar suas frustrações. Na alegria, serviam para celebrar as suas vitórias. Que eles possam ser rapidamente tirados da frustração e remetidos à alegria e à realização!

Este momento especificamente já é motivo de orgulho para todos vocês, por celebrarem os 30 anos. Que assim como o País de Gales, que está cada vez menos utilizando mão de obra, possamos estar sintonizados com aquilo que será o futuro, para vencer e transpor esses obstáculos que virão.

Não poderia deixar, por último, de fazer um destaque especial ao Eugênio, mais uma vez. Ele, por onde passou, sempre nos brindou com a sua alegria radiosa, com a sua capacidade de aglutinação, com seu exemplo de pai, de trabalhador e de pessoa cuja companhia só nos faz bem. Eugênio, na sua pessoa, quero cumprimentar todos aqueles que fazem parte da direção, os funcionários atuais, os que já passaram, os que estão submetidos ao sindicato. Desejo que vocês possam ter vida longa, porque vida longa do sindicato significa que o turismo continua com a sua chama acesa, não só com a chama da velinha de aniversário, mas a chama talvez de uma aurora de dias bem melhores, se Deus quiser. Parabéns, Eugênio. Parabéns, Sindetur. Parabenizo a sua família e a todos vocês que fazem do turismo interno e do fomento externo uma realidade fundamental para Belo Horizonte e para o Estado de Minas Gerais.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, neste ato representando o presidente da Casa, deputado Adalcleber Lopes, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao presidente

do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur –, Sr. José Eugênio Aguiar. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A necessidade de desenvolver o turismo em Minas Gerais mobilizou um grupo de empresários do ramo a somar esforços em prol da realização de um antigo anseio de sua classe: estabelecer um órgão de representação oficial. A iniciativa levou à criação do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur-MG –, em 1987. Promovendo ações de aprimoramento profissional, prestando consultoria técnica ou viabilizando proposições voltadas ao atendimento dos interesses dos empresários do turismo, o Sindetur reitera, dia a dia, seu compromisso com a categoria, contribuindo expressivamente para o progresso do Estado. É com satisfação que a Assembleia de Minas dirige esta homenagem ao Sindetur, por ocasião do transcurso dos 30 anos de sua fundação”.

O presidente – Gostaria de tomar a liberdade de convidar também o secretário de Estado de Turismo, deputado Ricardo Faria, para proceder à entrega comigo.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. José Eugênio Aguiar

É uma responsabilidade e tanto. Senhoras e senhores, boa noite. Na pessoa da minha querida mãe, Maria Correia da Silva, cumprimento e agradeço a presença de todas as senhoras e senhoritas aqui presentes. Na pessoa do meu querido pai, João Otaviano de Aguiar, cumprimento e agradeço a presença de todos os senhores. Agradeço e cumprimento todos os componentes desta seleta Mesa.

Exmo. Sr. Secretário de Estado de Turismo, caro amigo Ricardo Faria, representando neste ato o governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel, muito obrigado pela sua presença; Sr. Presidente da Federação Convention & Visitors de Minas Gerais e vice-presidente da Federaminas, meu grande amigo, Roberto Fagundes – tomo a liberdade e quebro o protocolo para falar que é meu presidente do Clube do Feijão Amigo de Minas Gerais e sou vice dele – obrigado, Roberto; Paulo César Marcondes Pedrosa, meu grande amigo, presidente da Federação dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Minas Gerais e vice-presidente da CNTur; Hernani de Castro, meu amigo, secretário adjunto do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau, representando o presidente Carlos Coelho; Sra. Shirley Novaes, presidente do Singtur, obrigado pela presença, senhoras e senhores; meu amigo Mauro, da Abras; Leonardo Soares, meu amigo diretor do Sindloc e da Abla.

Esta homenagem que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais faz ao Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur – pelos 30 anos de sua intensa presença e participação na vida socioeconômica das empresas do nosso estado é um momento perfeito para que analisemos a nossa responsabilidade individual e coletiva, tanto na vida de Minas quanto no esforço nacional da construção de uma sociedade livre, justa e democrática.

Receber esta homenagem desta Casa, por iniciativa do nosso amigo deputado Fred Costa, em quem votamos e cujos trabalhos acompanhamos desde o primeiro mandato como vereador de Belo Horizonte e deputado estadual, que nos representa nesta Casa com galhardia, competência, dignidade, honestidade, um verdadeiro político na concepção da palavra, tem um significado como se todos os mineiros estivessem presentes aqui, neste momento, para expressar a consciência do papel do Sindetur-MG na construção de uma nova sociedade para o povo mineiro.

Neste dia, 17 de agosto, completamos 30 anos de jornada. A iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do deputado Fred Costa de que esta solenidade se realizasse hoje, justamente neste dia da data de fundação do Sindetur-MG, atribuiu sentido ainda mais amplo, profundo e significativo a uma homenagem que é de todo o povo mineiro, democraticamente representado nesta Casa.

Nesta data, há 30 anos, o saudoso Geraldo Mariano e alguns empresários de turismo, visionários à época, decidiram se organizar para o melhor cumprimento do seu papel na construção de uma nova sociedade que se caracterizasse pelo sindicalismo, pela democracia, pela união e pela jornada diária, para que chegássemos, hoje, aos 30 anos de fundação, com garra, determinação, credibilidade e a confiança dos nossos associados. Chegaremos aos 40, 60, o que Deus nos permitir.

Fernando Dias, cabe lembrar, aqui, que o Sindicato das Empresas de Turismo, desde a sua fundação, jamais se rendeu a dificuldades, oferecendo aos associados fórum permanente de debates e de discussões dos problemas do mercado de turismo, visando ao aprimoramento dos empresários de turismo, prestando serviços de consultoria de natureza jurídica, econômica, técnica e cultural para os associados. Tomamos iniciativas políticas e estratégicas que abrigam as reivindicações da categoria empresarial; firmamos convênios, acordos e parcerias com diversos órgãos públicos e privados.

Por tudo isso, presidir o Sindetur-MG, neste momento de celebração, é uma honra imensa. Honra e responsabilidade que compartilhamos com todos os companheiros da diretoria, associados e, especialmente, com todos os Srs. Deputados, que compartilham do nosso sentimento de responsabilidade social e empresarial.

Mais uma vez, estamos atravessando um período de turbulência no cenário político de nosso país. Em momentos assim, cabe aos empresários e ao seu sindicato a responsabilidade de garantir que todos compreendam perfeitamente sua responsabilidade, que é zelar pela integridade da empresa e a responsabilidade social. Celebrar os 30 anos do Sindetur-MG é, portanto, celebrar uma longa tradição sindicalista, reafirmar a liberdade como princípio para os empresários, para os mineiros e para os brasileiros. Para o empresário, a liberdade é o ar, sem o qual não se pode viver. Para o povo, a democracia é a própria vida.

E, hoje, por fidelidade aos seus princípios e respeito pela liberdade de pensamento e de atuação sindical, o sindicato continua aberto para acolher todos aqueles que reivindicam o respeito e a oportunidade de manifestação de pensamento livre dos empresários e de todo o povo mineiro.

Participo, ativamente, desde a criação do nosso Sindetur-MG e por isso sinto orgulho de estar presidente da entidade. Sou diretor da Federação Nacional do Turismo – Fenatur – e também diretor da Confederação Nacional de Turismo – CNTur. Participo como membro efetivo do Conselho Estadual de Turismo, estando à frente como vice-presidente. Nesta gestão 2017/2018, fui eleito pelos meus companheiros e companheiras do conselho. Participo, como membro efetivo, do Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte e de Contagem.

Trabalho incansavelmente em prol do turismo de Minas Gerais e para representar com dignidade, competência, galhardia a bandeira do sindicalismo à frente dos destinos do sindicato. Além destes diretores ilustres homenageados nesta sessão, desejo reverenciar também o ex-presidente *in memoriam*, Geraldo Mariano; os ex-diretores do sindicato; os colaboradores Lourdes e Eva; e os que passaram pelo Sindetur; assim como todos os associados que dignificaram e dignificam a classe durante essas três décadas. São empresários que, muitas vezes, travam entre si um forte debate de ideais e divergem em opiniões, mas sabem colocar o interesse coletivo acima de todos os outros e defender a causa da democracia, que está no DNA do Sindicato das Empresas de Turismo.

Hoje, três décadas depois, o sindicato continua fiel aos seus princípios e empunha novas bandeiras, fundamentais para o fortalecimento da classe empresarial em nosso estado, bem representando os nossos associados nas esferas municipal, estadual e federal. Nos dias atuais, a principal luta é mostrar o valor que a nossa classe empresarial tem no cenário mineiro, e continuaremos as celebrações de grandes acordos nas homologações das convenções coletivas de trabalho, que assinamos com 27 sindicatos e mais a Federação. Procuramos valorizar nossos colaboradores e manter o equilíbrio socioeconômico das nossas empresas.

Estaremos atentos e dispostos a ouvir possíveis diversidades de opiniões e de interesses, acolhendo, da melhor forma possível, todos os empresários de turismo em prol do social e da sociedade mineira. Lembramo-nos dos primeiros associados, aqueles que confiaram nos frutos que os empresários plantaram em 1987, como o saudoso Newton Drumond, da Caraça Turismo; José Menezes Lourenço, da Ônix Turismo; Rubens Lessa, da Saritur; José Flávio Guerra, da Albinos Turismo; entre tantos outros associados mais recentes, como o Rafael, da Snow Operadora, que também acredita em nosso trabalho e em nossa batalha para, unidos, nos tornarmos cada vez mais fortes em prol dos empresários do turismo de Minas Gerais.

Meus familiares, pai, mãe, irmãos e irmãs, minha esposa e companheira Maria de Lourdes Ferreira Aguiar, meus queridos filhos Samuel Eugênio e Hebert Eugênio, minha querida norinha Maria Clara, eu amo muito vocês. Vocês são meu esteio. Meus

agradecimentos a todos pela compreensão, pelas inúmeras ausências em casa e nas festas em família, por estar trabalhando em prol do Sindetur-MG e do turismo de Minas Gerais. Ao agradecer aos representantes políticos de Minas por esta homenagem ao sindicato, eu os convido e a todos os empresários mineiros a participar dessas batalhas, que nunca serão apenas nossas, mas que dizem respeito ao futuro de Minas, do Brasil e de todos os brasileiros. Obrigado.

Neste momento, gostaria de quebrar o protocolo desta Casa para uma simples homenagem, feita do fundo do meu coração, ao querido e grande amigo deputado Fred Costa, por fazer esta homenagem ao nosso sindicato; ao Vicente, ao Hebert, à Lourdes e aos nossos diretores que não puderam comparecer. Estamos sendo reconhecidos por esta Casa por um deputado que conhece a nossa causa e conhece o turismo. Hoje estamos aqui representados por este grande homem, que posso chamar até de menino em relação a mim e em razão da sua idade, que é o nosso amigo Fred Costa. Parabéns, Fred! O nosso mestre de cerimônia vai ler os dizeres da placa que entregaremos a V. Exa.

Neste momento, gostaria de convidar a diretoria presente a fazer comigo a entrega da placa ao meu amigo Fred Costa. É do fundo do coração.

O presidente – Muito obrigado pela generosidade, pela homenagem e ainda pela menção a uma falsa jovialidade que hoje não tenho mais. Muito obrigado.

O locutor – Convidamos os demais componentes e representantes do Sindetur a fazer parte desta homenagem ao deputado Fred Costa. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O Sindetur-MG agradece ao Exmo. Deputado Fred Costa os relevantes serviços prestados ao povo mineiro e a homenagem ao nosso sindicato.”

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes

Senhoras e senhores, é com enorme satisfação que compareço a esta tribuna para me utilizar do tempo a mim outorgado. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o responsável por este nosso encontro, o particular e querido amigo deputado Fred Costa, em cuja pessoa cumprimento todos os integrantes da Mesa já nominados.

É importante lembrar aquilo que o deputado falou há pouco. Desde o início de sua militância na área política, como vereador, ele sempre foi um parceiro importante que todos tivemos e a quem sempre pudemos recorrer, constantemente nos ouvindo e trabalhando com todo empenho para tentar resolver as nossas questões e dificuldades, que não são poucas, infelizmente. Evidentemente também quero cumprimentar o nosso querido amigo José Eugênio, representando a diretoria do Sindetur, numa data tão especial.

Impressionou-me, sobremaneira – reiterando aquilo que o José Eugênio falou –, o fato de o deputado Fred Costa, tão novo, lembrar-se de fatos memoráveis de 30 anos atrás, época em que nem era nascido. Contudo, com muita competência, ele conseguiu falar sobre uma série de assuntos importantes e que fazem parte do nosso dia a dia no setor do turismo. Na verdade, gostaria muito de expressar o que estou sentindo hoje por esta homenagem ao Sindetur, mas tenho uma solicitação muito especial de uma pessoa que nos é muito cara, que é o nosso querido amigo Michel Tuma Ness. Aliás, estávamos com tudo preparado para recebê-lo em Belo Horizonte, já que ele viria de São Paulo, mas teve um mal-estar na última hora e não pôde embarcar. Ele cancelou a sua passagem e todas as reservas que havíamos feito, mas nos enviou a sua fala e pediu para representá-lo nesta cerimônia, e assim o farei no momento.

(– Lê:) “Quero, em meu nome e em nome da Federação Nacional de Turismo – Fenatur – e da Confederação Nacional de Turismo – CNTur –, posto que representamos 27 sindicatos patronais de turismo e 25 mil agências de viagens, parabenizar o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, bem como o deputado Fred Costa, por

outorgarem esta homenagem ao Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur – pelos 30 anos de sua fundação.

Quero cumprimentar o nosso querido presidente, José Eugênio Aguiar, e toda a sua diretoria, por todos os serviços prestados ao turismo do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Ele é membro permanente do Conselho Estadual de Turismo, do Conselho Municipal de Turismo e do Conselho de Turismo da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais – ACMinas. Em razão do seu trabalho, empenho e histórico profissional e pessoal, foi agraciado pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte com o título de Cidadão Honorário, em 2008. Também recebeu a Comenda Especial do Troféu Presidente Tancredo Neves, em 2010, e o incentivo à Viação Formiguense, em 2011.

Sr. Presidente, Sr. Deputado, o segmento de turismo movimenta mais de 52 atividades econômicas, impactando diretamente o fortalecimento da geração de recursos de mão de obra, hospedagem, gastronomia, cultura, entretenimento, negócios e divisas. Atividade sem fronteiras, oferece possibilidade de vivenciar experiências únicas neste mundo tão globalizado. Segundo a Organização Mundial do Turismo, de janeiro a abril deste ano 369 milhões de turistas internacionais desembarcaram em destinos do mundo inteiro.

Vamos fazer a nossa parte! Vamos fazer a diferença para que o Brasil volte a crescer, gerando emprego e renda, e ocupe o lugar que merece. Com meu carinho e com saudades do povo mineiro, o meu muito obrigado. Michel Tuma Ness.” Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ricardo Rocha de Faria

Boa noite a todos e a todas, nesta noite que é tão cara e especial para todos nós. Permita-me saudar pessoas que fazem parte desses 30 anos do Sindetur e que tanto têm contribuído para escrever um pouco da sua história.

Começo saudando este que é uma referência política para todos nós, reserva moral da política de Minas Gerais, grande amigo, político moderno e inovador, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, nosso querido deputado Fred Costa. Saúdo também nosso querido Roberto Fagundes, presidente da Federação Convention & Visitors Bureau de Minas Gerais e também vice-presidente da Federaminas; nosso querido Paulo Pedrosa, presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Minas Gerais e vice-presidente da CNTur; querido Hernani de Castro, secretário-executivo do BH Convention & Visitors Bureau; e de uma maneira muito especial, Shirley Novaes, presidente do Singtur. E deixo minha saudação, mais do que especial, a este que, há pouco tempo, tive a grata felicidade de conhecer – já viajamos um pouco –, o nosso querido José Eugênio Aguiar, presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado De Minas Gerais – Sindetur.

O José Eugênio é uma dessas pessoas que faz a diferença por onde passa. A Bíblia, em uma de suas máximas, Eugênio – e talvez seja uma das únicas formas de comportamento que ela indica –, diz que a gente precisa ser o sal da terra e a luz do mundo. Ou seja, em qualquer tarefa que nos compete, temos de fazer a diferença, dar sabor, iluminar caminhos. E você faz isso. Por onde você passa, alegre e entusiasmo, mesmo neste momento de dificuldade que a cadeia enfrenta. Sabemos dos números. O deputado Fred fez todo um recorte histórico. A gente sabe e comunga do pensamento de que o turismo inserido na economia criativa pode ser uma matriz de diversificação econômica dos municípios de Minas Gerais. O Estado possui belíssimos atrativos turísticos, destinos que atraem visitantes de todo o mundo, mas, ainda assim, precisamos avançar muito na agenda do turismo.

O José Eugênio é essa pessoa que sempre entusiasma todos esses que compõem o *trade* do turismo. Estar aqui nesta solenidade, poder abraçá-lo, cumprimentá-lo e estender esse cumprimento a essa importante entidade de classe que tanto tem contribuído para o desenvolvimento e protagonismo do turismo em Minas Gerais é realmente um presente para todos nós.

Então, cumprimento-o, deixo o nosso abraço fraterno, não simplesmente o abraço do Ricardo, mas também do governador Fernando Pimentel e de toda a Secretaria de Estado de Turismo, que o ama. E você sabe bem disso.

Parabéns pela justa homenagem. Parabéns a todos vocês que compõem o Sindetur-MG. Ficamos honrados e felizes de participar da homenagem nesta noite.

Palavras do Presidente

Impossibilitado de se fazer presente, o competente presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes, incumbiu-nos da missão de proceder à leitura da sua mensagem.

(– Lê:–) “A Assembleia mineira tem a grande satisfação de comemorar os 30 anos de atuação do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais.

Apoiar os profissionais do setor significa pensar no contínuo aperfeiçoamento da atividade, que cria empregos e promove o patrimônio histórico, cultural e natural de nosso estado.

O turismo traz conhecimento e entretenimento a um público cada vez mais numeroso, também promovendo a amizade entre os diversos povos.

Com o grande potencial de nosso estado, principal centro da arte barroca e da arquitetura colonial do País, além dos inúmeros atrativos ecológicos, das tradições de suas águas, da culinária e da vida rural, essa atividade só tende a crescer.

É preciso ter profissionais competentes, diante das exigências cada vez maiores do público. Por isso, é preciso reconhecer o permanente esforço de nossas empresas de turismo. Muito obrigado. Deputado Adalclever Lopes.”

Por último, mais uma vez, quero parabenizar todos vocês e, de forma muito especial, o presidente José Eugênio Aguiar. Quero também agradecer a sua generosidade nesta noite. Propusemos esta homenagem, que foi atendida pelo coletivo dos deputados e, em especial, acolhida pelo nosso presidente, deputado Adalclever Lopes, pelos 30 anos do sindicato e a todos vocês que fazem a história. Aliás, uma história brilhante, meritória e com muito êxito. Você, gentilmente, com a direção do sindicato, ainda trouxe esta homenagem. Fico muito grato e reitero os meus cumprimentos, desejando uma longa vida ao sindicato. Muito obrigado a todos vocês.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 21, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/8/2017

Às 16h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Correia, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater as violações de direitos humanos das mulheres atingidas por barragens e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Bernadete Esperança Monteiro, coordenadora nacional da Marcha Mundial de Mulheres – MMM; Aline Ruas, coordenadora estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens; Fernanda de Oliveira Portes, membro do Movimento dos Atingidos por Barragens; Lucimar de Lourdes Gonçalves Martins, secretária de mulheres da Central Única dos Trabalhadores; Nathália Ramos Lopes dos Santos, membro do Levante Popular da Juventude, e Ester Hoffmann, diretora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/8/2017**

Às 16h1min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão (substituindo, respectivamente, os deputados Leonídio Bouças e Bosco, por indicação da liderança do BMM) e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 9.368/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada visita à Usina Hidrelétrica de Miranda, no Município de Indianópolis, para participação do ato público da Frente Mineira de Defesa da Cemig, contrário ao leilão das usinas controladas pela empresa, promovido pelo governo federal. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Geraldo Pimenta – Ulysses Gomes.

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/8/2017**

Às 17h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Geraldo Pimenta e Ulysses Gomes (substituindo, respectivamente, os deputados Bosco e Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, juntamente com a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, ambas do Congresso Nacional, o setor de energia elétrica no Brasil, sob forte ameaça de privatização. A seguir, comunica o recebimento de estudo elaborado pela Procuradoria dessa Casa, em resposta ao Requerimento nº 8.747/2017, de autoria do deputado Rogério Correia, em que se requer a avaliação de viabilidade jurídica de questionar judicialmente a Portaria MME nº 133, de 2017, do Ministério de Minas e Energia, por ofensa ao § 17 do art. 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Amauri Aritmos da Mata, promotor de Justiça e Coordenador do Procon-MG, publicado no *Diário do Legislativo* de 10/8/2017, em resposta ao Requerimento nº 8.576/2017, do deputado João Vítor Xavier, informando que foram solicitadas informações à Agência Reguladora e Serviços de Abastecimento de Água e de Esgoto Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – quanto à cobrança da tarifa de esgoto pela Copasa-MG no Município de Alpinópolis. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 9.422/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a Medida Provisória nº 789/2017, que altera a legislação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – Cefem. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Jô Moraes, deputada federal por Minas Gerais; Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; e Marilda Silva, diretora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; e os Srs. Adelmo

Carneiro Leão, deputado federal por Minas Gerais; Padre João, deputado federal por Minas Gerais; Arnaldo Godoy, vereador de Belo Horizonte; Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado de Minas Gerais; Anderson Ferreira, superintendente de Relacionamento Parlamentar, representando Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga, presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Giles Carriconde Azevedo, chefe da Assessoria Técnica da Bancada do PT na Câmara dos Deputados; Jairo Nogueira Filho, diretor do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletro-MG, representando Jefferson Leandro Teixeira Silva, coordenador-geral; Joceli Jaison José Andrioli, dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Nailor Gato, vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários; e Waner Luis da Silva Santos, diretor do Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais – Sindsul-MG. A presidência passa a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo Após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

João Vítor Xavier, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/8/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 6.107/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais pedido de informações acerca da existência de processo de revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 22/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.118/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 6.502 a 6.512, 6.520, 6.521, 6.533, 6.537 a 6.541/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.254 a 8.256/2017, da Comissão de Administração Pública; e 8.284 e 8.285/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a segurança pública no Bairro União, em Belo Horizonte, onde tem ocorrido o aumento de roubos, tráfico de drogas e arrombamento de veículos e de residências.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 22/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.834/2016, do deputado Cássio Soares, e 3.969/2016, do deputado Roberto Andrade.

Requerimentos n°s 4.822/2016, da Comissão de Minas e Energia; 5.867/2016, 7.098, 7.117, 7.118 e 7.121/2017, do deputado Elismar Prado; 6.277/2016, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 7.201, 7.202, 7.484 a 7.486, 7.488, 7.492 a 7.494 e 7.522 a 7.526/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 7.409 e 7.672 a 7.676/2017, da deputada Ione Pinheiro; 7.443, 7.445, 7.446 e 7.450/2017, da deputada Geisa Teixeira; 7.591 a 7.594/2017, do deputado Douglas Melo; e 7.823/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.272/2015, do deputado João Alberto; 3.380/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 8.221/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais; 8.231/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.244/2017, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 181/2015, do deputado Fred Costa; e 1.600/2015, do deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.479/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.802/2016, do deputado Emidinho Madeira.

Requerimentos nºs 7.665, 7.670 e 8.012/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 8.028/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.064/2017, do deputado Gil Pereira; 8.090/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 8.259/2017, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.177 e 8.261/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/8/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 8.203/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2017, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater a denúncia de maus-tratos sofrida por criança autista em escola da rede municipal de Belo Horizonte e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 47/2017, de Tarcísio Dayrell Neiva para o Cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Arlen Santiago, Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado, de discutir e votar o Parecer para o Turno Único da Indicação nº 47/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Fred Costa, Elismar Prado e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a cobrança feita pela construtora Andrade Gutierrez ao Município de Betim e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

Paulo Guedes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Arlete Magalhães e os deputados Fábio Cherem, João Leite e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do Veto nº 23.478/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

Durval Ângelo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2015**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Fábio Avelar Oliveira, João Magalhães e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2017, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

João Leite, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gustavo Valadares, Mário Henrique Caixa, Tadeu Martins Leite e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2017, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2017.

Durval Ângelo, presidente *ad hoc*.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****DISCURSOS PROFERIDOS NA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/8/2017**

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Exmo. Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia e pessoal das galerias, quero cumprimentá-los. Sr. Presidente, volto a esta tribuna, mais uma vez, para dizer que... João Leite, estamos há 10 anos nesta Casa e a cada dia aprendemos mais. Ficamos aqui pensando que entendemos um pouco, mas não entendemos nada. Gostaria de entender como um governo do Estado tem coragem de ir ao interior sem uma prestação de serviço para mostrar à sociedade e, quando chega lá, ainda fala mal dos ex-governadores, fala mal do passado.

Na semana passada, o governador Pimentel esteve em Passos, no fórum dos territórios. Gente, é uma piada de mau gosto. Eu acompanho política há trinta e tantos anos. Já recebemos na região... Recebíamos lá em Passos Hélio Garcia, Newton Cardoso, Itamar Franco, Eduardo Azeredo, Aécio Neves, Antonio Anastasia. Falarei de Passos, cidade que possui deputados federais e que toda

a vida foi um polo. João, ali foram anunciadas várias rodovias, a construção de escolas e a estadualização da Uemg pelo então governador Anastasia.

O Pimentel foi a Passos, mas não falou de região, não levou nada para lá, nem uma bala. Parece que estamos mentindo. Parece que ele deu duas lâmpadas para quem participava. João, o pessoal que ia lá ganhava duas lâmpadas. Veja a que ponto chegou o governo do Estado. Inclusive, ele falou da MG-050 como se não tivesse nada com isso e o problema fosse da empresa. O problema é dele, porque há R\$600.000.000,00 à disposição da empresa, dinheiro que ela captou, mas, até hoje, ele não teve competência para que esse dinheiro chegasse às rodovias. O pessoal continua morrendo. Recentemente, mais três pessoas morreram próximo a Piumhi, num lugar onde já poderia ter havido intervenção. Num lugar onde poderia ter vida está tendo morte, João. Isso é triste.

O governador vai à região e diz assim: “Governo junto com o povo. Não é do Rio de Janeiro. Não é como os governos do passado”. João, o Aécio esteve lá antes do governador Anastasia, anunciou e fez o que ninguém acreditava: a ponte até São João Batista do Glória. Além disso, anunciou algumas rodovias para a região e as executou. Depois o Anastasia foi a Passos nessa obra e inaugurou a rodovia, a grande e tão sonhada ponte do Glória. Nesse dia, o governador Anastasia, atendendo ao nosso pedido, anunciou uma estrada de Nova Resende a Bom Jesus da Penha, fez e a executou. Além disso, anunciou um grande projeto de energia, uma subestação em Nova Resende, de mais de R\$30.000.000,00, a pedido nosso e do deputado federal Carlos Melles, e o executou, assim como a recuperação de várias rodovias da região. O Pimentel vai lá com quatro aviões, com um aparato e o secretariado todo e um monte de gente ajoelhada e babando no pé. Pessoal, a que ponto chegamos! Na cidade de Passos, o Anastasia liberou mais de 90% dos recursos para o centro educativo para criança e jovens infratores. Mas, de dois anos e meio até hoje, o Pimentel não o executou, não o terminou e disse que inaugurará em dezembro não sei o quê, mais ou menos algo assim.

Minhas lideranças da região, vocês tinham de ter cobrado do governador porque ele não está pagando hospitais, a saúde, inclusive, as cirurgias pequenas, de baixa e média complexidades. Nem se fala da alta complexidade: só se for na Justiça.

Vejam a quem ponto chegou, como apodreceu a memória deste governo. Que coisa triste.

Minha cidade, minha região produz muito café, produz muito leite, gera renda, produz impostos para o Estado de Minas Gerais, e o governador vai lá só para jogar conversa fiada. É triste, é lamentável. Aliás, a Uemg, que é um direito da cidade e da região, uma conquista que veio por intermédio do governador Antonio Anastasia, hoje passa por preocupações, está com recursos limitados e não tem investimento. Aí o Estado anuncia um pouquinho – que já é o normal, do dia a dia, é obrigação – e faz de conta que está fazendo favor para a Uemg e para a região.

Confesso, João Leite, que estou impressionado com a inércia e a cara de pau deste governo. Trata-se de um governo realmente desqualificado. O governador tem coragem de ir a nossa região, um lugar onde se produz milhões, milhões e milhões de impostos, que abastece o caixa deste estado, e chega lá para dar duas lâmpadas para quem participar. É um blá-blá-blá danado e nada de dinheiro para a Santa Casa de Passos, que está, inclusive, fechando leitos; nada de dinheiro para a Santa Casa de São Sebastião do Paraíso, que está passando por dificuldade, como também todos os hospitais da região; nada de colocar um medicamento, uma aspirina sequer nos postos de saúde e nas farmácias.

Construímos no governo do PSDB, de Aécio e Anastasia, mais de 600 farmácias, mais de 2.500 postos de saúde e PSF no Estado. E o que o governador está fazendo? Omissão total. Não coloca um medicamento, nem aquelas fitinhas simples e baratinhas para os diabéticos. Ele chega lá no aparato com aviões, com gente, com blá-blá-blá, às custas do povo mineiro, do povo de Passos, de São Sebastião do Paraíso, de Jacuí, de Pratápolis, de Itá de Minas, de Cássias e de toda a nossa região. Ele chega lá para fazer esse blá-blá-blá. É triste, é lamentável um governo que tem esse posicionamento com o povo mineiro.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, deputado Antonio Carlos Arantes. V. Exa. tem toda a autoridade para fazer essa cobrança do Poder Executivo e do governador do Estado, pois sei que V. Exa. faz viagens permanentemente na MG-050, pelas estradas do Sul de Minas; conheço a sua luta pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, os cafeicultores. V. Exa. está sempre

preocupado com a segurança do campo, com o desenvolvimento da agricultura no Estado de Minas Gerais, portanto, tem autoridade para fazer essa cobrança.

Enquanto V. Exa. foi de carro, veio de carro, voltou de carro, parece-me que o governador foi duas vezes em sua região. Uma vez para buscar o filho com o helicóptero do governo, lá em Escarpas do Lago, e a outra, agora. V. Exa. de carro na estrada, e ele novamente de helicóptero, junto com todos os secretários. Ora, é claro que este governo não vai saber dos problemas da MG-050, não saberá dos problemas do Estado. Eles estão passando por cima dos problemas do Estado, não conhecem, não são como V. Exa. Eu encontro V. Exa. na estrada, lutando pelo povo. Como eles vão saber? Eles não sabem.

No entanto, V. Exa. fez aqui, nesta tarde, um levantamento muito interessante do que foi feito nos governos passados. O PT gosta muito de falar de herança maldita. V. Exa. listou rapidamente o que foi feito no governo passado e o que este governo faz: absolutamente nada. Não faz nada.

Parabéns, deputado Antonio Carlos Arantes. V. Exa. tem o meu apoio e de muitos desta Casa que conhecem a sua luta. Continue assim. Seus colegas do PSDB, seus companheiros e a própria Assembleia Legislativa se rendem ao seu trabalho de dia e de noite pelo nosso estado. Tem de cobrar mesmo. Parabéns. Muito obrigado.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado João Leite. Inclusive, se ele tivesse um pouco de respeito à região, a primeira coisa que anunciaria seria a estrada de Pimenta a Guapé, porque é uma estrada fundamental para o desenvolvimento daquela região. É uma estrada de 42km, em que 30km já foram feitos pelo governador Anastasia, e os outros 12km já têm parte da terraplanagem pronta. Ele não colocou um palmo sequer de asfalto e ainda está deixando estragar aquilo que estava pronto. É uma estrada importantíssima para a região, ligando Pimenta a Guapé, mas, na realidade, não é só Pimenta a Guapé. Só isso já mereceria a estrada, mas é uma estrada que liga a região do Centro-Oeste – que abrange Curvelo, Bom Despacho, Arcos, Piumhi, Pimenta e por ali afora – ao Sul de Minas – Varginha, Boa Esperança. Inclusive, é terra do secretário Odair Cunha, que é o homem forte do governo, mas ele não está olhando para a sua terra, não está olhando para Boa Esperança, não está olhando para Guapé, nem para Pimenta e região. Com a força política do Odair Cunha, essa estrada já tinha de estar pronta, porque onde eles querem eles fazem, apesar de estarem fazendo tão pouco.

Mas vi ontem, na região de Virgem da Lapa, vindo em direção a Diamantina, que estão fazendo uma rodovia lá. Mas está ficando dentro de uma rodovia petista, deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo jeito que falaram lá. Deixe para lá, porque a região merece, e fui lá e vi que realmente é merecida a estrada. Mas não podem deixar de fazer nunca a estrada Pimenta a Guapé, que é fundamental para o desenvolvimento da região.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado. Quero parabenizar V. Exa. pela fala. Também não poderia deixar passar em branco, pois quero lembrar ao governador que estamos aguardando a sua chegada em Ouro Fino. Há poucos dias ele esteve em Jacutinga de helicóptero. Estamos perdendo vidas. O deputado João Leite sabe muito bem, e V. Exa. tem nos ajudado na 290, de Pouso Alegre, praticamente divisa com São Paulo. São 92km, e até hoje, terminando o governo, nada foi feito. Lamentavelmente temos cobrado incansavelmente. E quero me associar a V. Exa. também, para que ele possa olhar pela 290. Há acidentes todos os dias. Não temos mais a quem reclamar. Estamos aguardando o edital há quanto tempo?

Então quero me unir a V. Exa. também para lembrar ao secretário de Governo, que é votado na nossa região, e para lembrar ao governador desse compromisso que ele tem com a nossa região, particularmente com a 290, tão importante para a nossa região. Parabéns a V. Exa.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Só a produção de Jacutinga, Monte Sião e Ouro Fino, deputado Dalmo Ribeiro Silva, provavelmente paga essa rodovia em um ano, paga essa recuperação. Mas o governo tem de captar, captar e torrar da forma que não é a mais adequada para o povo mineiro. E quem produz não tem o retorno de volta.

Mas não posso falar só de coisa ruim, tenho de falar de coisa boa também. Ontem fui ao Vale do Jequitinhonha, na cidade de Virgem da Lapa, onde fui muito bem recebido pelo prefeito, Diógenes, do nosso PSDB, e também pelo Fefa, que é um vice-prefeito dinâmico e uma pessoa muito bacana. Fui muito bem recebido naquela cidade e fiquei impressionado com a devoção do povo católico – também sou um deles –, com milhares e milhares de pessoas – provavelmente passaram por lá umas 50 mil pessoas –, numa cidade que não é tão grande, lá no santuário da Virgem da Lapa, lugar muito bonito, que realmente traz uma energia diferenciada. E fiquei feliz em ver o povo satisfeito com o trabalho sério do prefeito Diógenes, do vice Fefa, e também da câmara de vereadores, onde a seriedade, o respeito ao dinheiro público, o sonho de fazer uma Virgem da Lapa melhor é constante e permanente, e terá nosso total apoio.

Para encerrar, ainda vou dar uma pinceladinha em coisas que nos assustam. O PCC, deputado Dalmo Ribeiro Silva, instalou-se na nossa região, e cada dia cresce mais, deputado João Leite. E agora está muito bem provado, espalhou-se pelos presídios e pela nossa região. É muito sério, é porque encontraram facilidade no governo do Estado, que não investe. Temos bons policiais civis e militares da região, que têm lutado e feito tudo que podem, mas falta equipamento, falta pessoal e falta respeito com a Polícia Civil e com a Polícia Militar do atual governo. Ele cortou investimento, cortou custeio e deixa esses policiais com equipamentos que não são os mais adequados – coletes à prova de balas já vencidos. Falta tudo, e aí a bandidagem toma conta da nossa região.

Mas, mesmo assim, tenho de cumprimentar as Polícias Militar e Civil, que conseguiram desbaratar várias quadrilhas de roubo de café na minha região, dos que limpavam café, e também de roubo a banco. Enfim, várias quadrilhas foram desbaratadas graças ao apoio e ao trabalho incansável das Polícias Civil e Militar, que, mesmo com tanta dificuldade, com a falta de recurso, ainda têm feito um trabalho que temos que louvar e pelo qual temos de agradecer. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva; deputado Dirceu Ribeiro, que também está acompanhando esta reunião; demais deputados; telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Sr. Presidente, gosto muito do que o deputado Antonio Carlos Arantes fez aqui, que é uma comparação do governo passado com este governo. O deputado estava falando da questão da segurança pública, e eu estava me lembrando do cinturão de segurança do governo passado, que foi implantado em nossas divisas. V. Exa., que é da nossa Jacutinga e Ouro Fino, sabia do problema de Tapira, grande cidade na divisa, próxima a Jacutinga, e da influência dos criminosos de São Paulo, no Sul de Minas. Está tudo abandonado, não é, deputado Dalmo Ribeiro Silva? Abandonaram as nossas divisas, que estão totalmente furadas, sem o efetivo da Polícia Militar. Estão totalmente abandonadas. Neste governo – estão ali os números de Samuel Marcelino –, não temos uma vaga aberta no sistema penitenciário. Isso é algo impressionante. Por isso temos essa criminalidade forte espalhada pelo Estado de Minas Gerais, especialmente nas divisas.

O deputado Arantes falava da questão do café, e tem tudo a ver com o que aconteceu em Santa Margarida, que está espremida entre duas rodovias federais, a BR-262 e a BR-116, onde tivemos a morte do Cb. Marcos. É uma região de café também, Santa Margarida, São João do Manhuaçu, Orizânia, Pedra Bonita, Matipó, Manhuaçu, nosso Alto Caparaó, um grande abraço para o prefeito José Gomes. Toda aquela região é rica em café e está sem segurança.

O governo do PT conseguiu colocar, em cada destacamento, no máximo oito policiais. Em Santa Margarida, cidade com Banco do Brasil, Sicoob e armazéns de café, havia um cabo e um recruta. O recruta é aquele que sai dando ré no carro no momento da morte do Cb. Marcos. É essa a situação do Estado de Minas Gerais. Acabou o cinturão das divisas do Sul de Minas, deputado Arantes. E olhem que o deputado Arantes, que veio cobrar segurança daqui da tribuna, cobrava segurança daquele governo também. Pau que deu em Chico vai dar em Francisco agora também. E olhem que aquele governo investia em segurança.

V. Exa. estava falando, homenageando o deputado André Quintão, muito querido na região, que a estrada de Ijicatu, lá para Piauí, Araçuaí e José Gonçalves – o nosso Rio Piauí, afluente do Rio Jequitinhonha, nessa época do ano, já deve estar com o leito totalmente seco, não tem água mais – está sendo feita, mas ainda falta muito. O governo Aécio fez 225 ligações asfálticas. Depois

Anastasia, com os Caminhos de Minas, não sei dizer o número. Mas vamos fazer o levantamento, porque queremos fazer comparações.

Queremos fazer comparações também, líder Gustavo Valadares, na educação. Saiu nos jornais: “Escolas estaduais agonizam com infraestrutura precária”. Se eu pedisse um levantamento, deputado Antonio Carlos Arantes, imagino o sem-número de escolas dos governos Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho em que foram feitas reformas.

Agora, no tempo do frio, imaginem lá em Maxacalis, naquela nação querida. Quando os europeus chegaram aqui, os maxacalis já estavam lá naquela região de Bertópolis e Santa Helena, lá no Vale do Mucuri. “Na Escola Estadual José de Alencar, além dos agasalhos, os alunos levam cobertores para a sala de aula. É que as vidraças estão todas quebradas, e o vento gelado é como um açoite, principalmente para as crianças do turno da manhã e os alunos da noite, do projeto Educação de Jovens e Adultos – EJA.” Deputado Arantes, eles ficam de cobertor na escola. Essa é a educação do PT. Os alunos vão à escola de cobertor, porque as janelas não têm vidraças.

Uma cuidadora de idosos diz: “A gente sente muito frio. Quando chove, molha tudo. Os alunos têm que arrastar carteiras e se sentam todos amontoados em um canto da sala para não se molharem. Um horror!, reclama a cuidadora de idosos Rosimara Rodrigues Chaves, do EJA. Os alunos também se protegem do frio e da chuva colocando pedaços de papelão nas janelas. Outros problemas põem em risco a segurança de todos. O telhado está infestado de cupins e ameaça desabar”. Não é em Inhapim, mas em Maxacalis que isso está acontecendo, Prof. Pedro Chagas. É lá que isso está acontecendo.

“Estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese –, em parceria com o Sind-UTE, revela que a maioria das escolas estaduais de ensino médio em Minas Gerais tem problemas de infraestrutura.” Deputado Arantes, aqui o governo diz: “Nunca antes na história de Minas Gerais”. Eles gostam desses superlativos, dessas informações acompanhadas de muita publicidade, muita propaganda, e ficam repetindo esses chavões, como o “nunca antes na história de Minas Gerais”. Eles gostam também de dizer: “O acordo histórico da educação”. É este o acordo histórico da educação? E estamos falando do Vale do Mucuri, que não é igual ao Sul de Minas, dos deputados Arantes e Dalmo Ribeiro Silva. Não é igual a Maria da Fé, não. Maxacalis não é tão frio. No Sul de Minas, o menino chora na escola, e a mãe não o ouve, de tanto frio, e as escolas dessa maneira... É dessa maneira que o PT veio dizendo que os governos passados não investiam na educação e que fariam uma verdadeira revolução na educação. Que revolução, hein?

Então, além da mochila e dos cadernos, as crianças têm de levar cobertores para a escola, líder Fabiano Tolentino. Têm de levar cobertor para as escolas, porque as janelas estão quebradas e falta manutenção. V. Exa., que trabalhou tanto na luta... No governo passado, um conjunto escolar era comprado lá na região, pela caixa escolar, por R\$95,00. Neste governo, queriam comprar por R\$235,00. Eu e o deputado Fabiano Tolentino fomos ao Ministério Público, com o Dr. Barbabela, e ao Tribunal de Contas do Estado lutar contra esta vergonha que é gastar o dinheiro da educação dessa maneira.

Mais grave e vergonhoso ainda que o superfaturamento na compra de conjuntos escolares pelo governo do PT é pegar o dinheiro do salário-educação e colocar nesse famigerado fundo. Salário-educação é para alimentação escolar. Alguns gostam de dizer que é merenda escolar, mas não é, é alimentação escolar, é dinheiro para a manutenção das escolas. O governo do PT está pegando dinheiro do salário-educação e colocando nesse fundo. Que fundo é esse? Um fundo sem fundo, que quer privatizar o Estado. É lamentável.

O deputado Fabiano Tolentino (em aparte) – Muito bem lembrado, deputado João Leite. Em relação ao Pregão nº 1/2015, referente à compra de carteiras escolares, conseguimos barrar esse pregão. Depois de dois anos, não se poderia comprar no pregão. Foi muita coisa, presidente, que nós descobrimos. Primeiramente, foi um superfaturamento de R\$50.000.000,00. Nesse caso, ajudamos o governo, e o superfaturamento foi comprovado, porque conseguimos abaixar o preço da carteira de R\$210,00 para

R\$170,00. Então, se hoje fizerem um novo pregão, o valor será de R\$170,00. Será, no máximo, R\$180,00, e não R\$210,00, como estava se cobrando na compra de um milhão e meio de carteiras.

E mais, descobrimos uma empresa no Rio de Janeiro que não existe. Ela está no 5º andar de um prédio e ganhou R\$36.000.000,00 desse pregão. É muito sério. Um sindicato em que se têm de pagar luvas para se filiar nele. Então, a denúncia é grave, está lá no Tribunal de Contas. Por isso foi barrado. E é assim em todo o Brasil. A marca estava dentro de Minas Gerais também, e nesse caso, acho que ajudamos o governo, porque, às vezes, em alguns pontos, o governador nem sabe o que está acontecendo aqui embaixo, na turma da licitação, e conseguimos alertá-lo. Paralisamos o pregão, e não se compraram as carteiras. Passaram-se dois anos, e esse pregão não foi realmente efetivado. Ficamos muito felizes, porque esse é o trabalho desta Casa. Eu e o deputado João Leite pegamos a questão, com coragem, com afínco, porque não é fácil. Houve alguns problemas, porque há empresas envolvidas, pessoas envolvidas, processos licitatórios. Assim conseguimos barrar esse pregão, foi muito interessante, e esse é nosso objetivo.

Quero aqui, deputado João Leite, aproveitando o ensejo, denunciar a Copasa, em Divinópolis, especificamente, no Rio Itapecerica, porque ela está jogando todo o esgoto no Rio Itapecerica, e, ontem, houve uma mortandade muito grande de peixes. Estamos muito preocupados. Tenho a certeza de que o Ministério Público vai tomar suas providências, vai multar a Copasa – e tem de ser multada – e a Copasa tem de respeitar mais os mineiros.

Então, partindo desse ponto, que é também um ponto de educação, que aborda a questão ambiental – e temos de trabalhar muito isso – quero aqui fazer essa denúncia sobre a Copasa nos Municípios de Divinópolis, Curvelo, Pouso Alegre e Guaxupé. Estou andando por Minas Gerais inteiro. Em todos os municípios, ela desrespeita a população, joga esgoto *in natura* no rio, está matando os peixes e poluindo o nosso meio ambiente. Não podemos aceitar mais isso, deputado João Leite. Parabéns pelo pronunciamento. Estamos juntos. Vamos em defesa de Minas Gerais, que é o nosso propósito na Assembleia Legislativa do Estado.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Fabiano. A Escola Estadual José de Alencar, lá em Machacalis, não conta com refeitório. Tem verba empenhada de R\$300.000,00, do governo estadual, para reforma. O termo de compromisso foi assinado, há um ano, e o dinheiro não foi liberado. A jurisdição da Secretaria Regional de Educação de Teófilo Otôni alega haver outras escolas em situação pior, ressalta o diretor da instituição, Wilton Gil. Há escolas, no Vale do Mucuri, piores que a Escola José de Alencar, em que os alunos vão de cobertor, de manhã, e também os jovens e os adultos, à noite. Esse é o governo do PT, que colocou a educação como prioridade.

Diz aqui o diretor: “A situação só piorou nos últimos dois anos. Antes, no governo do PSDB, do Democratas e do PP, a gente assinava um termo de compromisso, e, com 30 dias, o dinheiro já caía na conta da escola, e a gente dava ordem de serviço”. Em março, agora, 10 escolas, em Lavras, Ribeirão Vermelho e Ijaci, no Sul de Minas, foram interditadas – se manifestou aqui Dalmo Ribeiro Silva – por falta de sistema de segurança contra incêndios. Segundo o governo, esse pedido havia sido feito antes.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Agradeço-lhe o aparte e tentarei ser breve. Será apenas para reforçar suas palavras. Nós, deputados, acabamos, nos finais de semana, percorrendo vários municípios do Estado. Somados os 77, acho que conseguimos percorrer quase 853 municípios, em poucos meses, por conta das viagens que estamos fazendo sempre. Em todos os municípios a que vamos, somos parados por diretoras de escolas, pedindo que seja liberado o dinheiro que havia sido prometido durante a gestão petista, coisa que à nossa época não acontecia.

Assinava-se convênio estadual com a escola, e o dinheiro caía no caixa escolar no dia seguinte. A diretora sabia que podia contar com o dinheiro e iniciava a licitação, tocava a obra. Era assim que acontecia. Agora, com o PT, não. Assina-se um convênio, e as escolas ficam sem receber o dinheiro por um ano, um ano e meio. Isso está acontecendo na educação.

Um prefeito me ligou hoje cedo. Tenho a mensagem aqui, mas tenho medo de dizer o nome da cidade porque os petistas têm mania de perseguição. Ele recebeu somente duas parcelas do transporte escolar este ano. Para que as pessoas que estão aqui nas galerias e nos assistem pela TV Assembleia possam entender, os municípios transportam alunos da rede estadual. Em contrapartida, o

Estado participa, através de convênio, que é liberado ao longo do ano. A gestão Pimentel está atrasando o pagamento do que deveria ser feito. Os municípios transportam alunos da rede estadual, e não recebem. O Pimentel dá calote nos prefeitos e agora vem com a tal ladainha de que vai resolver o problema com o asfalto. É como se os prefeitos fossem bobos e acreditassem que asfalto os fará esquecer as mazelas da saúde, da educação, de infraestrutura, da própria Copasa, que está sucateada, da segurança pública, enfim, de todas as áreas. Por essa e outras razões, Minas se encontra em péssima situação. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento!

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Valadares. Peço apenas mais 1 minuto para concluir. Nós vamos trazer números. Não adianta esta frase de efeito do PT: “Nunca antes na história da educação em Minas foi feito tanto”. Realmente, eu não lembrava de que criança precisava ir com cobertor para as escolas em Minas Gerais, porque não havia janelas nas salas. E o diretor vem com a resposta de que há escolas em pior estado no Vale do Mucuri, escolas interditadas no Sul de Minas. Não adianta falar em acordo histórico da educação, porque ninguém engole isso mais. Nós vamos mostrar aqui da tribuna o desastre que é o governo do PT em Minas Gerais. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes da Faculdade Newton Paiva, sejam muito bem-vindos. O que me traz hoje à tribuna é um assunto que tem tomado conta do noticiário, em especial de Minas, nos últimos dias, que é a possibilidade de a Cemig perder quase 50% da sua capacidade de geração de energia com o leilão de três usinas, consequência de uma medida provisória editada e assinada na época da gestão desastrosa de Dilma Rousseff, no governo federal. Ontem foi feriado aqui em Belo Horizonte, mas, em Brasília, as coisas aconteciam. Os senadores mineiros Anastasia e Aécio estiveram, ontem, com o presidente da República, Michel Temer, para tratar especificamente desse caso e dizer a ele que Minas se uniu, que não há hoje neste Plenário, em que somos 77 parlamentares, e na bancada federal mineira, que são 53 deputados federais e 3 senadores, senão a bandeira da defesa dos interesses da Cemig, da permanência das usinas na sua gestão e obviamente dos interesses dos mineiros.

Os interesses dos mineiros hoje coincidem com os interesses da Cemig. A união da Assembleia Legislativa e do quadro político mineiro, com relação a essa questão, é algo louvável, é algo de aplaudir. Ontem os senadores levaram essa questão ao presidente da República, Michel Temer. Foi uma proposta concreta, algo que até então não havia sido feito. Propuseram ao presidente da República, sabendo que o governo federal conta com o novo leilão dessas três usinas para levantar – falam na imprensa em torno de R\$15.000.000.000,00 – dinheiro para tentar diminuir um pouco o déficit. Está para fechar o ano, e há um déficit gigantesco, mais uma vez. Então, diante dessa aspiração do governo federal e também da temeridade de a Cemig perder 50% de sua capacidade de geração de energia, levaram ontem uma proposta concreta ao presidente e ao ministro do Planejamento. Disseram a ele que a Cemig estava disposta a pagar não os R\$15.000.000.000,00, mas em torno de R\$7.000.000.000,00, R\$8.000.000.000,00, chegando até a R\$9.000.000.000,00 pela renovação da concessão das três usinas, sem que elas sejam levadas a leilão. Se o governo federal acenar com essa possibilidade, a Cemig, em dois tempos, conseguirá no mercado um dinheiro para pagar a União e para quitar esse empréstimo em longo prazo. Essa é uma ideia que agrada a todos: agrada e atende ao governo federal, porque ele conseguirá levantar um bom dinheiro; e atende à Cemig, porque ela não terá o risco de perder quase 50% de sua capacidade de geração de energia, já que, se for a leilão, ela poderá ser vencedora, mas poderá também perder. E, obviamente, ganham os mineiros, porque a Cemig é nossa companhia de energia elétrica, a empresa responsável pela geração e pela distribuição de energia em nosso Estado, é uma das maiores, senão a maior empresa do País no setor. Aquilo que é interesse da Cemig obviamente é interesse dos mineiros, que são os principais acionistas ou os proprietários da empresa.

Portanto, essa proposta foi levada ontem ao presidente da República. Estamos todos ansiosos por uma resposta positiva, por um aceno positivo do governo federal, até porque o leilão está marcado para o início do próximo mês, para setembro. Temos pouco mais de 15 dias para resolver essa pendência.

Mas é bom chamarmos, mais uma vez, a atenção: o risco que a Cemig corre hoje, o risco que Minas corre hoje, o risco que os mineiros correm hoje eles não precisavam correr se esses atores que hoje se movimentam e levantam a bandeira como defensores da Cemig e dos mineiros, lá, quando da edição da medida provisória, estivessem do lado do PSDB, do nosso partido, deputado Dalmo Ribeiro, do PP e do PTB. Porque, àquela época, fomos contrários à edição da medida provisória; dissemos, de forma clara: “Essa medida provisória vai acabar com a Cemig, vai atingir a empresa em cheio, vai acabar e vai destruir a maior empresa de Minas Gerais e dos mineiros. Mas, àquela época, por conta da gestão petista da presidente Dilma Rousseff, alguns poucos partidos que hoje são majoritários nesta Casa – são os maiores partidos, os maiores blocos – colocaram-se a favor da medida provisória e nos chamaram, deputado Dalmo Ribeiro, porque defendíamos que a Cemig não aderisse à medida provisória, de traidores, de inimigos do povo brasileiro.

São esses os que hoje mais se movimentam, pelo menos imprensa afora, para dizerem que estão preocupados com o que pode acontecer com a Cemig se ela perder a concessão das três usinas. A união de hoje é fundamental. Ontem, os senadores Aécio e Anastasia usaram esse argumento para tentar convencer o presidente da República a não levar a leilão as três usinas.

É preciso que as pessoas tenham a consciência de que partidos políticos que hoje lideram um novo movimento e até mesmo entidades sindicais que hoje se colocam abertamente ao lado da Cemig foram, até outro dia, contrários a ela, quando da renovação das concessões de forma automática, porque diziam que o contrato deveria ser assim, e a favor da medida provisória. Foram a favor da medida provisória. É preciso que as pessoas tenham consciência disso, porque, se eles resolverem o problema, poderão, amanhã, dizer que conseguiram isso numa luta árdua. Esse partido, que agora administra Minas, dirá que foi ele que conseguiu isso. Não, senhores, não se esqueçam da bandeira que empunhavam há alguns anos, ou até meses atrás, porque só acordaram para a necessidade de um novo movimento em defesa da Cemig quando faltavam 30, 45 dias para o leilão, que está marcado para o início de setembro.

Não me venham, amanhã, dizer que esse movimento será o responsável por alguma vitória. Não temos essa vaidade. Eu não a tenho e tenho a certeza de que V. Exa., deputado Dalmo, também não a tem. Tenho a certeza de que o deputado Dilzon também não tem a vaidade de dizer que, àquela época, foi contrário à medida provisória. Não temos a vaidade de dizer que nós vencemos a batalha. Nada disso. Se vencemos, venceu o povo de Minas, venceram os mineiros, a Cemig e o interesse de Minas Gerais; porém, machuca-me, incomoda-me ver hoje aqueles que até outro dia eram favoráveis à MP encabeçarem esse movimento. Também me incomoda vê-los mencionar hoje, de forma muito audaciosa, na coluna de uma jornalista do jornal *O Tempo*, que os que estão indo agora ao presidente da República, dizendo-se favoráveis à Cemig, precisam estar presentes no dia 18, sexta-feira, às 13h30min, num evento que a nova frente parlamentar fará, em conjunto com a CUT e sei lá mais o quê, na usina de Miranda.

O pessoal está animado. O deputado André Quintão está muito animado em defesa dos interesses da Cemig. Ele sabe o dia e a hora. Essa turma está muito animada, porque é dali que vai sair o movimento de salvação da Cemig e das três usinas.

Quem não estiver lá no dia 18 é porque trabalha contra. Isso é o que eles querem vender. Isso é o que eles querem passar para a população. Agora, falarei algo desta tribuna. Não tenho procuração para falar em nome de Dalmo, nem de Dilzon Melo, nem de senador, nem de ninguém. Eu não estarei lá. Entre outras razões, não estarei lá porque muito me incomoda ver algumas entidades, que agora se colocam como salvadoras da Cemig, participarem disso, sendo que, até outro dia, arrebentavam a Cemig, diziam que era a pior empresa de energia elétrica do País, a que comercializava e distribuía a energia mais cara do Brasil. Por essa razão, eu não irei. Espero que não venham amanhã, depois de amanhã, na semana que vem, com a ladainha de que a nossa ausência demonstra que nós não defendemos os interesses da empresa. Eu sempre estive ao lado da Cemig. O deputado João Leite sempre esteve ao lado da Cemig. O deputado Dalmo Ribeiro Silva sempre esteve ao lado da Cemig. O deputado Dilzon Melo sempre esteve ao lado da Cemig. O deputado Carlos Pimenta sempre esteve ao lado da Cemig. Então, não me venham com essa ladainha, porque não fui eu quem mudou o discurso. Não fui eu quem, no início, defendeu uma medida provisória e agora é contra ela.

Não fui eu que chamei a Cemig e os deputados que ao seu lado estavam, anos atrás, de inimigos do povo brasileiro, e que agora mudaram de lado. Não participei disso. Continuo onde sempre estive, ao lado dos interesses de Minas e dos mineiros. Independentemente de quem está à frente do governo, se está bem ou se está mal. O deputado João Leite já disse aqui, todos nós sabemos, está claro para todos a péssima gestão petista em Minas Gerais. Péssima. Mesmo com toda a incapacidade, irresponsabilidade, falta de experiência e gestão desses senhores que se encontram no governo do Estado, neste caso da Cemig nós nos colocamos ao lado deles. A união hoje é importante para salvar Minas, os mineiros e a nossa principal empresa. Mas não me tachem amanhã de ser inimigo da empresa, porque não participei de um evento na Usina de Miranda, na sexta-feira. O deputado João Leite também está dizendo que não participará. Mas se chamarem o povo para ir a Brasília para ir a um encontro no Ministério das Minas e Energia, no Ministério do Planejamento, na Presidência da República, no Congresso Nacional, contem comigo.

Prestem bastante atenção: várias fotos serão tiradas nesse evento de sexta-feira, e o que vamos ver de Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp pipocando dessa turma que hoje é defensora da Cemig, mas até outro dia não era, não está no gibi. Já aviso que as senhoras e os senhores não me verão nessas fotos, porque me incomoda o protagonismo de agora, de algumas entidades sindicais e outras figuras, que até outro dia só desciam o porrete na Cemig. O que mudou na Cemig de 3 anos para agora, para eles mudarem de opinião assim? Por que a Cemig deixou de ser a empresa que vendia a energia mais cara do Brasil para se tornar a salvação dos mineiros? Qual novo fato aconteceu para que eles tivessem essa nova visão? A resposta é simples. Pimenta no olho dos outros é fresco. Pimentel no olho dos outros é fresco. Enquanto eram oposição, trabalhavam na base do quanto pior melhor. Agora que estão no governo sabem que vai doer muito se Minas e a Cemig perderem a concessão das três usinas, e se movimentam.

Minas não deve se esquecer da incoerência de alguns no passado e de como estão forçando a barra para serem protagonistas agora no presente, nesse caso da Cemig. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Presidente, deputadas, deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia. Vou tratar da tribuna sobre a importância desse novo método de governar com a adoção dos fóruns regionais de prioridades em nosso estado.

Mas não sem antes reiterar o convite ao deputado Gustavo Valadares para participar do grande ato em defesa da Cemig na sexta-feira na usina de Miranda.

Sinceramente, acho que devemos ter muita seriedade para tratar desse assunto. A discussão se faz em respeito à Cemig e, principalmente, ao usuário, pois sabemos que, se a Cemig perder essas usinas, teremos inapelavelmente aumento na conta de luz, e quem vai pagar o pato é o usuário, o cidadão e a cidadã, que já não aguentam mais. Então, é uma luta em defesa da Cemig, um patrimônio dos mineiros e das mineiras, mas também em defesa do consumidor e do seu direito de não pagar uma tarifa ainda mais alta do que a que costuma pagar.

Mas quero lembrar ao deputado Gustavo Valadares que o presidente da República que recebeu parte da representação mineira, inclusive pessoas vinculadas ao PSDB, é o mesmo presidente que propôs uma recuperação fiscal para o Estado que implicava dobrar a contribuição previdenciária do servidor, proibir a abertura de novos concursos públicos e a nomeação de concursados e a privatização da Cemig. Sejamos justos: não poderíamos falar na luta contra a privatização da Cemig sem apontar muitas lideranças cuja representação não se restringe ao Partido dos Trabalhadores. Foi o que aconteceu à época do governo Itamar Franco em Minas Gerais, por exemplo, quando vários partidos abraçaram essa causa, essa bandeira. A Cemig é um patrimônio de todos, e queremos que seja uma empresa cada vez mais eficiente e com seus compromissos sociais, como acontece no projeto Novos Encontros, do governo de Minas, que busca universalizar a eletrificação rural, porque, infelizmente, ainda temos milhares de pequenas propriedades rurais que ainda não têm garantido o seu direito à eletrificação. Então, tenho certeza de que essa é uma causa que une Minas Gerais e que une os partidos políticos. Que bom que senadores e deputados do PSDB estão ao nosso lado para evitar esse leilão. Essa será uma

vitória de Minas Gerais e do consumidor, não do partido A, B ou C. Tenho certeza disso. O assunto é muito sério, e não queria deixar qualquer dúvida a esse respeito.

Da mesma forma, é sério o assunto dos fóruns regionais, cuja dinâmica envolve a participação popular e a realização de assembleias com a presença do governador e dos secretários. Então, quero aproveitar o tempo para explicar ao telespectador em que consiste o fórum regional. Assim que assumimos o governo, Minas Gerais foi dividida em 17 territórios, corrigindo distorções da divisão anterior, que colocava na mesma faixa territorial, por exemplo, o Jequitinhonha e o Mucuri, o Alto Jequitinhonha e o Baixo Jequitinhonha, embora as realidades sejam completamente distintas. Então, foi feita uma redivisão territorial. Depois disso, foram realizados encontros nessas regiões para discutir as prioridades de cada uma delas. Essas prioridades integraram um mapa de demandas que foi utilizado pelos secretários e secretárias de Estado para a formulação da proposta de revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que veio à Assembleia Legislativa, e da proposta do PPAG 2016-2019. Então, esse mapa de demandas orientou a elaboração do planejamento de médio prazo, e quero dar meu testemunho da seriedade desse trabalho, pois, como secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social, utilizei esse mapa de demandas construído com o subsídio dos fóruns regionais.

Fizemos um cruzamento, deputado Antônio Jorge, de deliberações das conferências temáticas, do programa do governo validado nas urnas, do acúmulo de cada gestor, e também recolhendo esses subsídios que vieram dos fóruns regionais. É lógico que boa parte dessas demandas é de conhecimento do Estado, mas não de resolução imediata por causa da crise fiscal que vivemos. Mas, quando você tem restrição de recurso, nada melhor do que tomar suas decisões ouvindo a população.

Então, essa fórmula... E aí não se esgota no dia, no evento. Você tem a eleição de representantes nos territórios – prefeitos, vereadores e lideranças sociais. A Assembleia Legislativa também participa dos processos, das escolhas e da interlocução, até porque tem a sua legitimidade. Temos as comissões de acompanhamento e fiscalização dos fóruns regionais; temos a chamada devolutiva, que é a presença do governo com o secretário executivo regional, assim como dos gestores dos órgãos descentralizados do Estado e dos próprios secretários. Neste ano temos, já com a presença do governador, o retorno aos 17 territórios de desenvolvimento.

Portanto, é uma forma inovadora de governar, que deveríamos aperfeiçoar, qualificar e fortalecer, porque ela é exitosa. Quando você transfere simbolicamente a capital do Estado para uma cidade do interior... Não é somente a cidade-polo. Por exemplo, o Mucuri, que já foi mencionado aqui. Já fizemos a assembleia regional em Teófilo Otôni. Mas a devolutiva deste ano foi no Município de Nanuque. Agora realizamos em Passos, no Sudoeste mineiro. Inclusive, ao que me consta, foram muitos anúncios do governador – eu estava lá presente e fui me lembrando aqui –, como a liberação de recursos para a Uemg, a viabilização do centro socioeducativo, a instalação da Casa dos Conselhos em Passos, a negociação para a retomada das obras pela Nascentes das Gerais da MG-050, no Município de Passos, e a liberação da abertura da Uaitec em Capitólio. Foram vários atendimentos. Eu poderia falar, no âmbito da assistência, da implantação dos Creas regionais no território Mucuri, em Águas Formosas, e, no território do Jequitinhonha, em Almenara; ou do curso de economia solidária, de gestão e comercialização realizado no Município de Patos de Minas. Poderia falar da regularização – e hoje bem acima da média do passado – do Piso Mineiro da Assistência Social. Todas são iniciativas vinculadas aos fóruns regionais de governo.

Então, não é blá-blá-blá, mas uma forma inovadora de governar, que mobiliza prefeitos, vereadores, lideranças populares e sociais, não só com a presença do governador, mas também com a participação dos secretários. Na parte da tarde, os secretários ficam à disposição para discutir programas de governo. No caso da assistência social, por exemplo, discutindo o programa Rede Cuidar. É a primeira vez que o Estado de Minas Gerais terá um programa público de fortalecimento da rede socioassistencial privada sem fins lucrativos. Inclusive, um programa criado por lei e aprovado – diga-se de passagem – por todos os deputados e todas as deputadas da Casa, da base e da oposição, com recursos vinculados à Loteria Mineira. Então, é uma forma inovadora.

Agora, admito que possa haver deputados e deputadas que não gostem desse tipo de método de governo, de governo da participação popular, de governo mais próximo da população ou que ficam com receio de essa presença do governo relativizar o peso

e a importância do parlamentar na região. No meu entendimento, isso é um equívoco. A nossa Constituição Federal consagra o princípio da combinação, da compatibilização, da harmonização, da democracia representativa por nós, eleitos legitimamente. Uma democracia participativa, direta, exercida seja através de plebiscito, referendo, emendas populares às legislações, seja através de formas de governo democráticas, como os municípios que adotam o orçamento participativo, seja, como agora, em Minas Gerais, através dos fóruns regionais de prioridades.

Sinceramente, considero que, em momento de crise econômica, em momento de restrição de recursos públicos, é muito importante o governo ouvir a população. O governador Fernando Pimentel está coberto de razão ao fazer essa escolha, ao estar próximo do cidadão, ao estar de frente, ao lado, junto com a população para receber também as demandas, as críticas. É muito melhor você se desencastelar do ato de governar, de gabinetes com ar-condicionado, distantes da população e ouvir os prefeitos, os deputados e as lideranças sociais, como têm ouvido os fóruns regionais de prioridades junto com a Assembleia Legislativa.

Em vez de fazermos disputa política, temos hoje, sob a liderança do presidente Adalclever Lopes, que faz um belíssimo trabalho reconhecido por todos, de valorizar o que a Assembleia tem feito com a Comissão de Acerto de Contas, por exemplo. Estamos discutindo nos fóruns regionais, na etapa inicial, o acerto de contas, apresentando quanto o governo federal deve para Minas Gerais. São R\$45.000.000.000,00, 25% destinados aos municípios. A Assembleia está discutindo, está junto, à frente da defesa da Cemig, das usinas da Cemig. Esta Assembleia está também se manifestando de forma frontalmente contrária, em sua ampla maioria, a essa reforma da previdência perversa contra o cidadão mineiro.

O nosso presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, vai inaugurar o auditório, homenageando o nosso querido líder e ex-vice-presidente José Alencar, no próximo dia 28, inclusive com o lançamento de uma frente parlamentar federal em defesa da soberania nacional.

Então, a Assembleia de Minas está sintonizada com as grandes causas e as grandes bandeiras do Estado de Minas Gerais. E o governador Fernando Pimentel tem sido uma grande liderança que torna coesos esses movimentos em um momento de crise, em um momento de legado financeiro negativo que herdamos em nosso Estado, de desemprego, de recessão e de dificuldade de arrecadação. Inclusive, a Assembleia está aprovando projetos importantes e tem dado a sua contribuição para Minas Gerais equacionar a crise fiscal sem transferi-la para os ombros do cidadão ou dos servidores e servidoras públicos.

Portanto, é isso que estamos fazendo em Minas. Convido os deputados que ainda não tiveram oportunidade a participarem do fórum regional de prioridades. É uma inovação que Minas apresenta para o Brasil. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Cumprimento o Sr. presidente, os Srs. deputados, as Sras. deputadas e o público que nos acompanha pela TV Assembleia.

É diferente, viu, deputado João Leite? É diferente porque a famigerada MP de Dilma Rousseff é que levou hoje a Cemig a ficar à deriva e ao desespero dos mineiros de verem essas usinas serem leiloadas à revelia da Cemig, que é patrimônio de Minas e dos próprios mineiros.

Mas nós sabemos a origem, o DNA dessa crueldade, dessa maldade, que foi da então presidente Dilma Rousseff, do PT.

Esse não é o assunto que vim tratar da tribuna, na tarde de hoje. Mas começamos a perceber, deputado João Leite.

Hoje estive, mais cedo, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e é bom que o governo e seus líderes saibam disso. Eu não sou aquele deputado desatento; sou aquele deputado que acompanha os seus projetos, que acompanha projetos do governo e de outros Poderes e órgãos, que aqui tramitam. Tenho um olhar aguçado para o processo legislativo, porque é aquilo com que me identifiquei dentro do Parlamento. Não sou deputado de ficar indo a secretaria. Talvez a única visita que fiz e de que me arrependo até hoje, durante este governo, foi ao ex-comandante-geral da Polícia Militar, numa tentativa até mesmo de estabelecer um diálogo, um bom senso com ele logo no início do governo; mas depois vi que ele tinha vestido era a camisa do PT, que ele não era chefe de polícia mais, que ele não era chefe de uma instituição tão honrada e tão séria. Ele vestiu o manto vermelho do PT como se

fosse um militante partidário. A partir daí nunca mais voltei à Cidade Administrativa para despachar com nenhum secretário, nenhum chefe de polícia. Espero que não necessite disso, porque, infelizmente, o governo que vimos assumir não é um governo sério. Quem assumiu foi um partido, não um governo. Não temos representante, um governador assentado na cadeira de governador; há lá um partido político, e isso é muito grave.

Mas o mais grave que quero trazer, deputado Bonifácio Mourão, é algo com que me deparei hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Mais cedo estávamos para votar o projeto dos atingidos por barragens, e o meu senso, a minha coerência sempre me guia dentro do Parlamento. Observando o processo legislativo, deputado Bonifácio Mourão, vi que o meu projeto estava anexado ao do governador. Tenho um projeto, deputado Antonio Carlos Arantes, e queria que V. Exa. prestasse atenção. Ficou bem amarrado, é um projeto bem-feito, que tratava da política estadual dos atingidos por barragens. Só que esse projeto foi fruto de desarquivamento em janeiro de 2015. Mas o projeto não passava na CCJ, deputado Bonifácio Mourão, não sei por que cargas d'água o meu projeto ficou mofando. Um deputado que faz enfrentamento ao governo constantemente acaba sendo perseguido até nos projetos de lei dentro do próprio Poder Legislativo. E hoje me deparo com uma aberração. Há pouco conversei com o secretário-geral da Mesa, Dr. Guilherme. Quero me dirigir aqui também ao Marcelo, nosso diretor de Processo Legislativo, para que fique atento, porque vamos apresentar aqui uma questão de ordem séria, porque o que ocorreu é muito grave, deputado Bonifácio Mourão.

Nosso projeto dá início à tramitação nesta Casa. Mais adiante, o deputado Rogério Correia, também lidando com a mesma matéria, junto com o deputado Elismar Prado, apresenta um projeto semelhante ao meu. Como é matéria semelhante, a Mesa, de forma diligente, faz anexar o projeto do deputado Rogério Correia ao meu projeto – Projeto nº 2.558. Até aí está tramitando tudo bem. Mas o projeto não passa na CCJ. A engenharia do governo: “Deixe esse projeto mofando aí, que daqui a pouco mandamos um”. Quase dois anos depois, deputado Antonio Carlos Arantes – vou repetir, líder, deputado Gustavo Valadares –, quase dois anos depois do meu projeto, que trata da política estadual dos atingidos por barragens, o governador manda a esta Casa um projeto com o mesmo teor. Para a minha surpresa, líder, deputado Gustavo Valadares, eles anexam o meu projeto ao do governador. E aí as falácias dos líderes da base de governo: “Deputado, deve ser porque é iniciativa privativa”. Aí, deputado Bonifácio Mourão, nós aprendemos um pouquinho da matéria hermenêutica na nossa faculdade de direito, e peguei, imediatamente, a Constituição do Estado: não há matéria privativa. Essa não é matéria privativa de iniciativa do governador. E aí a assessoria da Mesa orientou mal o nosso presidente.

Não vou aceitar, de forma alguma, que o meu projeto seja anexado ao do governador. Vamos ter de fazer o inverso. O projeto do governador deverá ser anexado ao meu, por uma série de motivos e amparos regimentais. É uma aberração, deputado João Leite. O nosso projeto começou a tramitar em janeiro de 2015, e, em abril de 2016, o governador manda um projeto de lei com teor idêntico, e a Mesa anexa o meu projeto ao do governador. Prof. Mourão, tive o zelo de olhar. Deputado, veja o que escutei na consultoria: “Ah, deputado, pode ser que no projeto do senhor exista algo de competência do Executivo”. Bacana! Se assim fosse, havia um remédio. Olhem o remédio para a tramitação: anexa-se o projeto do governador ao meu projeto e envia-se para a CCJ. Lá, o relator faz a adequação, dizendo: “Isso não pode; mas há um projeto aqui anexado”. Ou seja, o relator, na CCJ, acertaria isso. O que aconteceu, deputado Antonio Carlos Arantes, é algo inadmissível. A pilantragem deste governo, a safadeza e a ousadia reinam nesta Casa. Só que, muitas vezes, deputado João Leite, isso é feito de forma obscura, sorrateira, debaixo dos panos.

O meu projeto ficou lá encalhado, Prof. Mourão, desde 2015, sem parecer. Estou olhando o projeto, e o Projeto nº 2.558 foi anexado. Olhem o número do meu projeto: 2.558. E o do governador: 3.312. Há uma distância aí de pelo menos 800 projetos. E o governador manda.

Por fim, deputado Mourão, o nosso competente dirigente, Dr. Sabino, pegou o meu projeto e olhou qual lei ele estava alterando. Alterava uma lei de iniciativa de um deputado estadual do PT, chamado Ivo José. É uma lei estadual de iniciativa de um deputado, sancionada aqui. Deputado Dilzon, a maldade é demais. Eles não dão conta, eles não têm competência, e querem burlar até o processo legislativo.

Vou deixar claro ao presidente Adalclever: se a Mesa da Assembleia não assessorar o presidente agora, de forma correta, e se o presidente não fizer o inverso, reconhecendo o erro, determinando que o projeto do governador seja anexado ao meu, com certeza, deputado Mourão, o presidente da Assembleia enfrentará muitos outros percalços com este deputado. A partir de agora, de todos os projetos do governador que estiverem na CCJ, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em qualquer lugar onde este deputado botar o pé, pedirei vista, pedirei adiamento da matéria, adiamento da discussão e adiamento da votação, até os líderes do governo entenderem que deixar projeto de deputado para trás, passar a perseguir até projeto de deputado não é uma boa política.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Somente uma observação em relação ao pronunciamento de V. Exa., deputado Sargento Rodrigues. Se o projeto de V. Exa. fosse inconstitucional – V. Exa. já demonstrou que não é –, não geraria preferência ao projeto do governo. Competiria à Comissão de Constituição e Justiça dar o parecer pela inconstitucionalidade, mas não geraria preferência. Ainda assim o de V. Exa. estaria na preferência, é evidente. Eles consideraram preferencial, por quê? Não estou vendo razão. O Regimento Interno é muito claro a respeito dessa questão. O projeto de V. Exa. é um projeto da mesma natureza, um projeto claro. Então, é evidente que teria de ter a preferência prevista no Regimento Interno.

Além disso, a gente vê e lamenta a questão das barragens. Há quanto tempo isso está se arrastando? V. Exa. estava mostrando que o seu projeto ficou parado por quase dois anos. Enquanto isso, os municípios e as vítimas do rompimento das barragens continuam no sacrifício. Governador Valadares, por exemplo, uma região do Médio para o Baixo Rio Doce, está lá com o problema, permanentemente.

O povo de Governador Valadares e da região, deputado Sargento Rodrigues, não quer consumir a água, porque a água consumida pelos valadarenses é retirada diretamente do Rio Doce e tratada; mas, em razão do problema das barragens, quando houve aquela divulgação intensa da imprensa, divulgaram que aquela água contaminada pelos rejeitos das barragens poderia causar até câncer. Em razão disso, as famílias, as mães não querem que suas crianças, seus filhos bebam daquela água. Elas não querem, não aceitam e estão procurando a todo custo uma alternativa na captação da água. Enquanto isso, o projeto ficou parado na Comissão de Constituição e Justiça. Nada justifica uma abstenção dessa.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço, Prof. Bonifácio Mourão. V. Exa. lembrou, com muita precisão, que, se o projeto tivesse vício na iniciativa ou fosse inconstitucional, caberia parecer da CCJ, e não da Mesa da Assembleia. Não é a Mesa da Assembleia que assessora esse assunto, porque, se os assessores da Mesa da Assembleia orientassem o presidente dizendo que o projeto tem vício de iniciativa, eles subtrairiam a competência da CCJ.

Quero aqui fazer um apelo ao Sr. Guilherme, secretário-geral da Mesa, e ao Sr. Marcelo, diretor de Processo Legislativo: essa aberração tem de ser desfeita. Um projeto de nossa iniciativa ficar dormindo, deputado Carlos Pimenta, um projeto sério, bem elaborado, que trata da política estadual dos atingidos por barragens – e estou vendo aqui os atingidos por barragens fazerem a maior festa – tramitar desde janeiro de 2015! Hoje me deparo com o projeto do governador, com o nosso projeto anexado ao dele. Então fizeram o inverso. A assessoria da Mesa da Assembleia tem de apartar a cultura de anexar projeto de deputados a projeto do governador. Ela tem de começar a quebrar essa cultura. Isso é um pedido, um apelo que estou fazendo aos nossos assessores da Mesa. Se se deparou com um projeto que tem matérias semelhantes, correlatas, análogas: “Quem apresentou primeiro? Foi o deputado?” Não tem conversa, deputado Carlos Pimenta, a assessoria da Mesa tem de anexar, e não emitir juízo de CCJ. “Ah não, aqui há vício de iniciativa”. Não é a assessoria da Mesa que deve fazer isso, porque assessoria da Mesa não tem competência para emitir parecer com os membros da CCJ. Deixem a CCJ resolver. Mas esse caso, deputado Mourão, é muito mais grave.

Fiz questão de pegar o art. 66, inciso III, e ler o rol de competências privativas do governador, e essa não está lá, deputado Carlos Pimenta. Isso não é matéria privativa, e, quando não é matéria privativa, tanto o governador quanto os deputados podem deflagrar o processo legislativo. Então é vergonhoso o meu projeto mofar na CCJ desde janeiro de 2015, a mensagem do governador

chegar em abril de 2016, e anexarem o meu projeto ao dele. Deputado Bonifácio Mourão, porque anexaram o projeto dos deputados Rogério Correia e Elismar Prado ao meu? Por que ele veio depois. “Ah, não. Chegou o projeto do governador. Do governador é do governador. Aí, não! Aí, temos de anexar”. Quando a assessoria da Mesa faz isso, ela diminui os membros do Poder Legislativo. Dr. Guilherme, quando a assessoria da Mesa faz isso, ela diminui os membros do Poder Legislativo e deprecia a nossa iniciativa. Legislador genuíno é deputado, e não chefe de Executivo.

O que estou falando aqui é muito sério, muito grave. Quando a assessoria da Mesa vê o projeto do governador e imediatamente anexa o do deputado ao dele, os senhores e as senhoras estão diminuindo o poder de cada parlamentar, exatamente o Poder que estão auxiliando. Peço encarecidamente que os Srs. e Sras. assessores da Mesa revejam essa cultura, porque temos um problema muito grave, deputado Valadares. Temos uma faixa muito estreita para legislar.

Sou observador demais do desencadeamento do processo legislativo. Temos aqui: “Segurança pública é dever do Estado”. Para todos os projetos que encaminhamos da segurança pública, a CCJ diz: “Essa iniciativa não é daqui”. Mas o legislador federal impôs. Então já temos um filtro fino demais, na cultura da consultoria da nossa CCJ. Nós esbarramos, deputado Dilzon, ora nos legisladores federais, no Congresso, ora, no município, porque há questões eminentemente locais, deputado Dalmo.

Deputado Dilzon, V. Exa. que é operador do direito antigo e que está aqui há sete mandatos, sabe que a Mesa da Assembleia tem de ter um cuidado enorme com isso, porque legislador genuíno é V. Exa., e não o governador. Então já há um rol taxativo lá no art. 76, inciso III, matéria de competência. Em tudo que é de servidor, a gente é reprovado direto. Isso não pode. Vai mexer no orçamento, todo mundo é reprovado.

A gente custa a encontrar uma brecha para legislar em prol da população, aí vem a cultura dos nossos servidores. Peço, encarecidamente, aos nossos queridos assessores, por quem tenho enorme respeito e apreço: tomem muito cuidado quando verificarem que, em relação à matéria que o governador encaminhou a esta Casa, já existe um deputado que deflagrou o processo. Não façam e não emitam parecer prévio de CCJ. Deixem a CCJ para lá, mas anexem o projeto do governador, porque assim não dá. O nosso prejuízo é muito grande. Nossa competência, deputado Dalmo, é muito limitada, e a faixa é muito estreita para ajudarmos.

E não estou falando de mim apenas. Estou pegando esse caso e exemplificando para outros projetos, deputado Dilzon, porque nos deparamos com audiências públicas, visitamos bases, e as pessoas pedem, cobram, exigem, e tentamos quebrar a cabeça, deputado Antonio Carlos Arantes. Será que consigo legislar aqui? As pessoas que estão lá fora não entendem se essa competência é de iniciativa do governador, do deputado federal, do senador, do presidente da República ou do município. Há projetos meus importantíssimos, deputado Dalmo, do ponto de vista da coletividade, em que esbarramos na competência; e quando você encontra um projeto, deputado Dalmo, a Mesa comete esse equívoco. Vou entender que a assessoria da Mesa cometeu esse equívoco, mas já vou adiantando. Dirigi-me, deputado Dalmo, ao Dr. Sabino, que é da assessoria do nosso bloco; ele fez questão de levantar os dados e concluiu que o nosso projeto de lei visava a operar uma lei de iniciativa do deputado Ivo José. Então, como o governador teria preferência, se eu estava alterando uma lei de um deputado estadual, que, por ironia do destino, era um deputado estadual do PT?

Estou fazendo essa questão de ordem aqui no Plenário, estou verbalizando; o Dr. Sabino vai preparar o requerimento e apontar as falhas.

Dr. Guilherme, o senhor, como secretário-geral da Mesa, vai ter de pegar esse caso e ser diligente. O projeto do governador tem de ser anexado ao meu. Esse erro tem de ser corrigido, sob pena de que eu, usando o mesmo Regimento, possa inviabilizar votações futuras nesta Casa, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/8/2017

O deputado Felipe Attiê – Quero me solidarizar com o nosso presidente em exercício, vice-presidente Dalmo Ribeiro Silva. Tem que tomar cuidado para o PT não provocar um infarto em V. Exa., porque o PT mata qualquer um. Já sou um homem vacinado contra essa turma, então, na verdade, em mim não dá infarto, porque já tomei vacina contra as malandragens petistas. Mas V. Exa., que é um guerreiro, um defensor do Sul de Minas, realmente tem que ficar atento, porque ali há uma turma, uma organização, uma Ocrim, para poder, sem dúvida, levar vantagem em cima do Sul de Minas. Fique esperto, deputado Dalmo Ribeiro Silva, e conte com o nosso apoio nessa argumentação, porque é um absurdo o que estão fazendo, estão arrebatando uma fundação, intervindo numa fundação, tomando-a de assalto para fins político-eleitorais. Fique com o meu apoio e o apoio do povo do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. O Sul de Minas, ativo, produtor, industrializado, próspero e trabalhador, merece o respeito de todos os mineiros.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, deputado Felipe Attiê. Já acostumei, em cinco mandatos, a conviver com o deputado Dalmo Ribeiro Silva. O deputado Dalmo Ribeiro Silva é um homem amável, um *gentleman*. É a primeira vez que vejo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, de alguma forma, alterar-se. Nunca vi, em cinco mandatos, o deputado Dalmo Ribeiro Silva ficar alterado. Hoje o PT conseguiu tirar o deputado Dalmo Ribeiro Silva da sua marcha aqui no Parlamento. Às vezes fico nervoso, e o deputado Dalmo Ribeiro Silva não vai se alterar, não vai ficar nervoso? Hoje o PT conseguiu tirá-lo da marcha em que ele vinha, em cinco mandatos, na Assembleia. Conseguiram. Conseguiram fazer isso não apenas com o deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas com o Sul inteiro. O Sul de Minas todo me ligando; meus amigos, pessoas de igrejas me ligando e falando do caos que se instalou agora em Pouso Alegre e região. Isso é uma vergonha. Deputado Felipe Attiê. Há uma promotora, a Dra. Valma Cunha, mulher da maior seriedade, acompanhando a fundação. Está tudo correto. Vem o PT, com esse traço de ditadura, intervir numa fundação. É o fim. O PT é o fim.

Eles tentaram instalar, na América Latina, a União Soviética. Era a União Soviética que queriam colocar aqui. O que aconteceu com a Cortina de Ferro, na Romênia, eles queriam instalar aqui. Está dando água. Na Venezuela deu água, no Brasil deu água, mas continua, em Minas Gerais, essa república que intervém em fundação particular. É o fim.

Concordo com o deputado Felipe Attiê: cuide-se, deputado Dalmo Ribeiro Silva, vamos apoiar V. Exa. com tudo. Não aceitamos. Agora mesmo vou ligar para a promotora da fundação, Dra. Valma, e cobrar dela, pedir a ela que intervenha. Aí, sim, intervindo corretamente a Justiça, e não o PT, que quer ser dono de tudo.

Obrigado. Parabéns, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Conte conosco.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, este partido que está no governo de Minas Gerais toma de assalto as coisas, sim. Esse partido, quando ocupou a Presidência da República, não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Deve ter reunido os exemplares da Lei de Responsabilidade Fiscal, no Centro Administrativo, e colocado nos banheiros públicos. Essa Lei de Responsabilidade Fiscal, para eles, serve para aquilo que a senhora está imaginando, que eu estou imaginando. Está colocada como papel nos banheiros públicos do Centro Administrativo. Devem ter queimado ou então colocado como papel todos os exemplares da Lei de Responsabilidade Fiscal que estavam na mão do PT.

O PT não tem solução, quebrou a União, quebrou o País com essa política, e não tem um pingão de responsabilidade. Eles deveriam pensar no genocídio que estão cometendo; o genocídio da saúde, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

É um genocídio silencioso. Não vejo a imprensa de Minas Gerais denunciar os assassinatos cometidos pelo não repasse de recursos. Mais de R\$5.000.000.000,00 devem ter sido empenhados, entre 2015, 2016 e 2017, e não são repassados às entidades. Se vocês não querem cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e a usam como papel de banheiro, que tenham pelo menos a lei de responsabilidade humana, que vocês não têm. Vocês têm acabado com a saúde de Minas Gerais. Não repassam os recursos que têm de ser repassados. Vejam o que vocês estão fazendo na cidade de Uberlândia. E, em todo o Estado de Minas Gerais, fica o exemplo de

Uberlândia. O Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia atende três milhões de pessoas e é o segundo hospital universitário do Brasil. Existe um hospital lá, no meio do caminho, abandonado, parado, inacabado, com mais de 250 leitos, o que transformaria o Hospital da Universidade Federal de Uberlândia no maior hospital universitário do Brasil, com o fim dessas obras.

Está aqui reconhecido, Sr. Presidente, pela Secretaria de Saúde de Minas Gerais. O Tribunal de Contas de Minas Gerais, Sr. Presidente, é surdo, cego e mudo. Pergunto aos mineiros: o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é surdo, cego e mudo? Parece que é.

Devem ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia: ProHosp – parcela competência 2017, primeiro quadrimestre, Resolução SES nº 5.501, de 6/12/2016, R\$2.037.805,79, dívida reconhecida e não paga; ProHosp – parcela de competência 2017, segundo quadrimestre, Resolução SES nº 5.737, de 17/5/2017, R\$2.037.805,79, empenhada e não paga, reconhecida pela secretaria; ProHosp – de 6/12/16, Resolução nº 5.508, R\$2.115.809,12. Tudo dívida reconhecida pela Secretaria de Saúde. O Dr. Sávio Souza Cruz reconhece: “Devo, não nego. Pago quando puder. Que morra todo mundo até lá”. Prouрге – Institui a parcela excepcional para a competência de 2016 do Incentivo Financeiro dos Programas de Rede de Resposta, Prouрге e UPA, custeio, R\$300.000,00, Resolução da SES nº 5.514, de 6/12/2016.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é surdo, cego e mudo quando se trata do governo do Estado de Minas Gerais? Fica a pergunta mais uma vez, Sr. Presidente. Cirurgias cardiovasculares – execução de cirurgias cardiovasculares, fevereiro a setembro/2016, Resolução da SES nº 5.550, de 21/12/2016, R\$135.000,00, reconhecido pela Secretaria de Saúde; cirurgias cardiovasculares – execução de cirurgias cardiovasculares, outubro/2016 a janeiro/2017, Resolução da SES nº 5.742, de 30/4/2017, custeio R\$125.000,00, que reconhece; UTI – ressarcimento de 50% do extrapolamento de diárias de leitos de UTI de janeiro e julho/2015, Resolução da SES nº 5.568, de 28/12/2016, custeio R\$890.385,10; UTI – ressarcimento do extrapolamento de diárias de leitos de UTI, agosto/2015 a outubro/2016, Resolução da SES nº 5.559, de 28/12/2016, R\$1.698.584,07.

Rede cegonha. Desviam o dinheiro do governo federal, recebem o dinheiro da União, rapam o tacho – não é, Dr. Sávio? –, rapam o tacho e pagam conta de salário – não é, Dr. Sávio? –, com o dinheiro do governo federal. Programa Rede Cegonha, Dr. Sávio. Sr. Pimentel, Sr. Helvécio Magalhães, Programa Rede Cegonha para incentivo financeiro diferenciado do componente Parto e Nascimento no âmbito do Estado de Minas Gerais, Resolução da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais nº 5.623, de 15/02/2017. Custeio: R\$1.797.990,00. Tenho aqui decretos, resoluções da secretaria reconhecendo uma dívida desde 2015 com o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia – HC-UFU –, que atende 3 milhões de pessoas: R\$11.924.981,98. Devem ao HC da UFU, o único hospital que atende o público, e gratuitamente, de todo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, R\$12.000.000,00 aproximadamente, com um decreto reconhecido, e não pagam. Estão desviando dinheiro de programas do governo federal para pagar a folha de pagamento.

Sr. Presidente, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é surdo, cego e mudo quando se trata do governo de Minas, quando se trata do tal Palácio da Liberdade, que foi reaberto para Fernando Pimentel, para ser a sede de seu governo. Que vergonha! O povo está lá. O hospital-escola da UFU deve R\$4.000.000,00 à Cemig e não tem como pagar. Vocês devem, de dívidas reconhecidas desde 2015, com portaria e resolução numeradas por este deputado, R\$12.000.000,00; R\$29.000.000,00 ao Hospital Municipal de Uberlândia, à Prefeitura de Uberlândia; R\$23.000.000,00 ao Hospital de Uberaba, à Prefeitura de Uberaba; e ao Estado inteiro. São R\$5.000.000.000,00 de irregularidades, má-fé, falta de responsabilidade humana nesse genocídio que o PT mineiro está fazendo, comandado por Helvécio Magalhães, comandado pelo secretário de Fazenda, José Afonso Bicalho; chefiados pelo chefe-mor Fernando da Mata Pimentel. O povo não aguenta, está sem remédios e sem recursos. São R\$5.000.000.000,00 empenhados até há pouco, que não dão os ares da graça.

O hospital-escola quer pagar à Cemig os R\$4.000.000,00 que deve, mas vocês não passam nem o que já reconheceram e está publicado no *Diário Oficial de Minas Gerais*. Que dia o Tribunal de Contas vai tomar uma providência sobre isso? Cadê o

Ministério Público? Isso é um caso de polícia. Estamos falando de pessoas precisando de exames, pessoas agonizando na morte, pessoas precisando de tratamento, entidades, como o Hospital de Clínicas da UFU, milhares de outras entidades em Minas Gerais e prefeituras precisando desses R\$5.000.000.000,00, parados lá na Secretaria de Saúde, e os senhores não estão nem aí e têm a coragem e a cara de pau de falar de programa de asfalto. Asfaltinho para prefeitos de cidades de 10.000 habitantes para comprar a eleição? Criar um programinha de asfalto para comprar o prefeito e o povo para ganhar a reeleição? É isso que estão querendo, matando o povo sem saúde? Estão rapando o tacho da Secretaria Estadual de Saúde com o dinheiro que o governo federal manda para pagar a folha de pagamento e deixando o povo morrer. É um genocídio petista que estamos assistindo na história da saúde de Minas Gerais, presidente Dalmo. Um genocídio petista, silencioso, que deveríamos estar vendo a imprensa de Minas Gerais denunciar todo dia. Estão aqui os números das resoluções.

São R\$12.000.000,00 reconhecidos em decretos da secretaria. Devo, não nego e não sei quando pago. Dinheiro, inclusive, desviado do governo federal, que foi usado para outros fins, que não o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia – HCU-UFU. Isso que está acontecendo é uma vergonha. Esse genocídio, essa falta de responsabilidade social do PT, frente à saúde, é que levou a saúde ao que está, nos últimos 14 anos, nas gestões Lula e Dilma, que acabaram com a saúde do Brasil, que liquidaram com a saúde do Brasil.

Agora estão a fazer o mesmo aqui dentro. Querem dar asfaltos para comprar prefeitinhos, e, dessa forma, o pai de família, lá no pequeno município, esquecerá que seu filho não tem remédio, que seu filho não tem assistência à saúde, para que possam, no ano que vem, dia 2/10, digitar o 13 para governador. Um asfaltinho, enquanto não têm sequer o pagamento referente ao dinheiro do posto de saúde do município. Essa é a velha política do PT, é a velha política a que estamos assistindo em Minas Gerais. Um governo sem projeto, sem rumo, com o Estado à beira da insolvência, com toda a falta de responsabilidade fiscal e com a falta de responsabilidade humana, solidária, para com os doentes do Estado de Minas Gerais.

Vocês estão assassinando os doentes, estão fechando os hospitais, vocês devem R\$5.000.000.000,00 e não pagam o que devem. Paguem o que devem. Parem de rapar o tacho da Secretaria de Saúde. E aqui não está minha emenda. Desses R\$12.000.000,00, devem R\$500.000,00, desde 2015, e R\$500.000,00 para comprar remédio do Hospital do Câncer, da minha emenda parlamentar. Quantas pessoas ficaram sem o remédio, Pimentel, por sua culpa, do Sávio, do Helvécio Magalhães e do José Afonso? Vocês têm contas a acertar e vão acertar, porque essa não é uma administração, é uma irresponsabilidade com o ser humano. Tenho dito e vou lutar contra esse caos que o governo de Minas implantou na saúde do Estado de Minas Gerais. Não há um hospital em construção mais, não há nada, só promessa de palanque, mentira, enganação e intervenção safada como essa feita lá no Sul de Minas. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/8/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ilton Alves da Silva Filho, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

exonerando Vicente Coimbra de Abreu Netto, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Ely Soares Castellano, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Gustavo Silva Lopes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gilberto Abramo;
nomeando Leozina Alves Ferreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gilberto Abramo;
nomeando Rosimari Szlachta dos Santos, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gilberto Abramo;
nomeando Victor Cortes Vieira, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;
nomeando Vinicius da Silva Salgado, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 133/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Talentos Cinevídeo Eireli-EPP. Objeto: prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Diretoria de Rádio e Televisão da contratante. Objeto do aditamento: revisão de preços decorrente da aplicação das Convenções Coletivas de Trabalho 2017-2019, que trouxeram reajustes salariais para as categorias de radialistas e jornalistas. Pagamento de abono salarial de acordo com as Convenções Coletivas de Trabalho 2017-2019. Reajuste anual do item “Outros Custos de Qualquer Natureza”. Reforço de garantia a ser efetuado. Vigência: a contar da data de assinatura. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90. (10.1).